



ACADEMIA MILITAR

PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES DE APOIO CIVIL

Autor: Aspirante de Cavalaria David Machado Gomes

Orientador: Major de Cavalaria Pedro Antunes Ferreira

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Julho de 2015**



ACADEMIA MILITAR

PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES DE APOIO CIVIL

Autor: Aspirante de Cavalaria David Machado Gomes

Orientador: Major de Cavalaria Pedro Antunes Ferreira

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Julho de 2015**

DEDICATÓRIA

À minha família e à Ângela Marques
por todo o apoio e força que me deram,
ao meu curso de Cavalaria pela irmandade.

AGRADECIMENTOS

Mesmo de carácter individual, dada a sua finalidade académica, este TIA (Trabalho de Investigação Aplicada) contou com um enorme contributo daqueles que, das mais diversas formas, me ajudaram direta ou indiretamente e o enriqueceram. Assim sendo, gostava de expressar o meu mais sincero agradecimento a todos e em particular:

Ao Major de Cavalaria Pedro Ferreira, orientador desta investigação, pelo empenho e disponibilidade que revelou ao longo de todo o trabalho. O seu profundo conhecimento nesta área foi crucial e sem o qual seria impossível a realização desta investigação. Obrigado pelas aprendizagens que me proporcionou e pela palavra de incentivo sempre presente;

Ao Diretor do Curso de Cavalaria, Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Freire, pela constante dedicação, competência, boa disposição e disponibilidade absoluta;

Ao Regimento de Lanceiros Nº 2 pelas vezes que tão bem me recebeu e em especial ao Comandante e ao Comandante do Grupo de Polícia do Exército;

Aos meus camaradas, em especial aos do curso de Cavalaria pelo apoio nesta longa caminhada e pelas felizes memórias que levamos para a vida;

À minha família pelos valores e educação que sempre me incutiram, pela paciência e apoio incondicional durante todas estas semanas;

À Ângela Marques pelo auxílio em todos os processos do trabalho. Foi peça fundamental;

A todos vós, obrigado.

RESUMO

As atividades de apoio civil são intrínsecas à tipologia de operações das FA e respeitam o Princípio do Duplo Uso, que se baseiam na melhoria da qualidade de vida das populações. A participação do Exército neste tipo de operações está doutrinariamente enquadrada pelo PDE 3-00 Operações. Este documento criado em 2012 foi pioneiro na integração do Exército nas Operações de Apoio Civil.

A preocupação durante este Trabalho de Investigação foi perceber em concreto as inovações trazidas e a influência do documento no decorrer das missões do Exército. Para análise foi escolhida a Polícia do Exército. Pretendeu-se averiguar quais as valências da PE que podem ir ao encontro das Operações de Apoio Civil. Deve considerar-se essencial a reflexão feita acerca da forma como a PE encara a adoção deste PDE 3-00 ou se trata apenas de continuar a fazer aquilo que sempre fez, simplesmente com uma doutrina enquadrante.

No decorrer de entrevistas exploratórias, percebeu-se em qual das três áreas de Apoio Civil a PE pode dar um contributo mais significativo. Pela semelhança de missões e mesmo porque a PE é uma força policial dentro do Exército, percebemos que é na área da Segurança Interna que existe a necessidade de criação de Planos Programados, de forma a que na área para a qual está mais vocacionada se possam criar condições para uma participação sustentada, contrariando os contributos pontuais até agora desenvolvidos. Para mais detalhe, foi igualmente estudado o Ciclo de Gestão de Emergência das Operações de Apoio Civil e analisado o contributo da PE em cada uma das suas quatro fases.

Conclui-se que existe um grande potencial em particular da PE para participar e prestar apoio no que às Operações de Apoio Civil diz respeito uma vez que as suas missões e valências podem intrinsecamente ser postas ao dispor desse tipo de operações, porém, o grande constrangimento e limitação está no seu atual Regulamento de Campanha. Esse documento data de 1956 e é díspar face ao PDE 3-00. É necessária a sua atualização para que a legislação possa acompanhar o perfil das novas missões e sinergias entre forças.

Palavras-Chave: Operações de Apoio Civil, Polícia do Exército e Segurança Interna

ABSTRACT

The civil support activities are intrinsic to the type of FA's operations and respect the Principle of Double Use, which are based on improving the quality of life of the population. The involvement of the Army in such operations is doctrinally framed by the PDE 3-00 Operations. This document created in 2012 pioneered the integration of the army in the Civil Support Operations.

The concern over this Labor Research was to realize the brought innovations and the influence of the document in the course of Army missions. For analysis was chosen the military police. It was intended to find out what are the Military Police valencies that can meet the Civil Support Operations. It should be considered essential the reflection made about how the militar police sees the adoption of this PDE 3-00 document or is it just to keep doing what they have always done, just with a structured doctrine.

In the course of exploratory interviews, it was realized which of the three areas of Civil Support the Military Police can give a more significant contribution. The similarity of missions and even because Military Police is a police force within the Army, realize that it is in the area of Homeland Security that there is a need to create Programmed Plans, so that the area which is more focused can be set up conditions for a sustained participation, against the specific contributions so far developed. For more detail, it has also been studied the Emergency Management Cycle of Civil Support Operations and analyzed the contribution of the Military Police in each of its four phases.

We conclude that there is great potential particularly of the Military Police to participate and provide support in the Civil Support Operations since their missions and valencies may intrinsically be put at the disposal of such operations, however, the major constraint and limitation is in their current Campaign Rules. That document dates from 1956 and is uneven against the PDE 3-00. Is it necessary to update it so that legislation can follow the profile of new missions and synergies between forces.

Key-Words: Civil Support Operations, Military Police and Homeland Security

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT.....	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	x
 CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Introdução	1
1.2 Enquadramento	1
1.3 Importância da Investigação e Justificação da Escolha.....	2
1.4 Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....	3
1.5 Pergunta de Partida	3
1.5.1 Questões Derivadas	3
1.6 Metodologia Científica	4
1.7 Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos	4
 CAPÍTULO 2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 Introdução	7
2.2 Legislação Enquadrante.....	7
2.2.1 Forças Armadas/Exército/PE.....	7

2.3 Operações de Apoio Civil.....	9
2.4 Polícia do Exército.....	10
2.4.1 Missões e atribuições	10
2.4.2 A Polícia do Exército e o Regimento de Lanceiros Nº 2	12
2.5 Proteção Civil / Operações de Apoio Civil.....	14
2.5.1 Definição, objetivos e agentes de Proteção Civil	15
2.6 Operações de Apoio Civil.....	15
2.6.1 Finalidades das Operações de Apoio Civil	17
2.6.2 Tarefas Primárias das Operações de Apoio Civil	17
2.7 Ciclo de gestão de emergência	19
2.8 Contribuição do Exército	22
 CAPÍTULO 3 METODOLOGIA	24
3.1 Método.....	24
3.2 Procedimento	25
3.3 Amostra.....	25
 CAPÍTULO 4 TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
4.1 Inquérito por Entrevista	27
 CAPÍTULO 5 OPERAÇÕES DE APOIO CIVIL.....	33
5.1 Introdução	33
5.2 Cooperação entre forças	33
5.3 Proteção Civil - Apoio Programado e Apoio não Programados.....	35
5.3.1 Apoio Programado - Planos	37
5.4 Segurança Interna	39

CAPÍTULO 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	43
6.1 Introdução	43
6.2 Resposta às Questões Derivadas	43
6.3 Resposta à Questão Central	46
6.4 Limitações da Investigação.....	46
6.5 Recomendações para Futuras Investigações.....	46
 BIBLIOGRAFIA	 49
 APÊNDICE	 52
 ANEXOS	 57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Missão da PE: Imposição da Lei e da Ordem	58
Figura 2 – Missão da PE: Controlo de Circulação	58
Figura 3 – Missão da PE: Segurança de Área	59
Figura 4 – Missão da PE: Prisioneiros de Guerra	59
Figura 5 - Quadro Orgânico RL2	60
Figura 6 - Quadro Orgânico 1º Esquadrão	61
Figura 7 – Ciclo de gestão de emergência.....	62
Figura 8 – Cooperação entre forças.....	63
Figura 9 – Cooperação entre forças.....	63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Entidades entrevistadas.....	26
Tabela 2 - Análise Quantitativa das Entrevistas	28
Tabela 3 – Oportunidades e Ameaças (Ambiente externo).....	40
Tabela 4 – Potencialidades e Vulnerabilidades (Ambiente interno)	41
Tabela 5 – Matriz SWOT da participação da PE em Operações de Apoio Civil.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

C

CCON – Centro de Coordenação Operacional Nacional

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

COC – Comando Operacional Conjunto

CRP – Constituição da República Portuguesa

D

DP – Publicação Doutrinária

E

ElDefBQR – Elemento de Defesa Biológico, Químico e Radiológico

F

FA – Forças Armadas

FND – Forças Nacionais Destacadas

G

GEN – General

GPE – Grupo de Polícia do Exército

L

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

N

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

NRF – NATO Response Force

NBQ – Nuclear, Biológico e Químico

O

OMIP – Operações Militares de Interesse Público

P

PE – Polícia do Exército

R

RL 2 – Regimento de Lanceiros Nº 2

S

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

O presente TIA (Trabalho de Investigação Aplicada) subordinado ao tema “Participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil”, surge no contexto de um processo avaliativo de cinco anos de formação académica com o intuito da obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria, ministrado pelo estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar - a Academia Militar (AM). Este constitui-se como o último momento de avaliação para a conclusão do mestrado.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar, enquadrar e justificar sucintamente a temática, despertando a atenção do leitor para a sua importância. Apresentam-se seguidamente os objetivos gerais e específicos, passando para as questões de investigação, e o método. Por último, é feita uma síntese de todos os capítulos que compõem a investigação.

1.2 Enquadramento

A Polícia do Exército pertencendo ao Exército Português e sendo este um dos ramos das Forças Armadas, tem como missão participar na defesa militar da República conforme o número 1 do Artigo 275º da CRP que refere “Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”. Tem também outras missões atribuídas como a participação em missões no âmbito da Proteção Civil e tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, pois as Forças Armadas são um agente da Proteção Civil. Neste âmbito, importa perceber de que forma pode a Polícia do Exército colaborar neste tipo de missões (Operações de Apoio Civil), uma vez que existe a possibilidade de “colaborar em ações no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado” (EME, 2011). Estas contemplam três áreas: a Proteção Civil, a Segurança Interna e o Bem-Estar das populações. O presente trabalho de investigação,

“Participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil”, tem como objetivo perceber a enquadrante destas operações, como é conduzida a participação da Polícia do Exército nas diferentes áreas, a formação específica ministrada aos militares, as dificuldades, capacidades e os meios existentes, para compreender de que forma a Polícia do Exército operacionaliza as Operações de Apoio Civil. Numa primeira fase, este trabalho de investigação expõe a enquadrante legal das Operações de Apoio Civil. De seguida, explica como está organizada a Polícia do Exército e aponta quais as suas missões e atribuições, acabando por introduzir o Regimento de Lanceiros Nº 2 e a Polícia do Exército. Segue-se uma explicação do que são as Operações de Apoio Civil tendo como referência o manual PDE 3-00. Caracterizam-se posteriormente as Operações de Apoio Civil, isto é, tentar-se-ão perceber quais são as suas finalidades, tarefas-chave e, ainda, como estão divididas e de que maneira o Exército atua em colaboração com as mesmas, especialmente depois da adoção do PDE 3-00. Investigar-se-á o possível contributo da Polícia do Exército no cumprimento de missões de Apoio Civil, que por definição doutrinária são exclusivamente em Território Nacional.

Pretende-se ainda no âmbito da Polícia do Exército perceber quais as vertentes das Operações de Apoio Civil em que o seu contributo pode ser mais eficaz e qual a importância deste contributo.

1.3 Importância da Investigação e Justificação da Escolha

Com a adoção do PDE 3-00, o Exército enveredou assumidamente por uma sistematização do seu contributo no apoio às autoridades civis em território nacional e, por isso, é imperativo avaliar/estudar como é que a Polícia do Exército lida com isso ou se trata apenas de continuar a fazer o que sempre fez, simplesmente com outra doutrina enquadrante.

Este trabalho pretende verificar a identidade da Polícia do Exército na medida da sua polivalência para participação em missões em colaboração com as autoridades de Apoio Civil.

Deve atualmente considerar-se essencial a colaboração do Exército com as autoridades civis. Desse modo, ao longo do trabalho pretende-se averiguar quais as valências existentes na Polícia do Exército que podem ir ao encontro das tarefas primárias das Operações de Apoio Civil e consequentemente das suas necessidades maiores aquando da colaboração entre as duas entidades.

1.4 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Sendo o objetivo principal do trabalho de investigação perceber de que forma a Polícia do Exército pode contribuir nas Operações de Apoio Civil, os objetivos específicos são: caracterizar as capacidades e meios da Polícia do Exército; verificar que mudanças trouxe a adoção do PDE 3-00 às unidades de Polícia do Exército no que às Operações de Apoio Civil diz respeito; verificar em que fase do ciclo de gestão de emergência a contribuição da PE poderia ser mais bem aproveitada; determinar e analisar as capacidades e vulnerabilidades que possam existir na participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil.

1.5 Pergunta de Partida

O projeto de investigação é apresentado tendo em conta uma questão de partida, a qual tenta “expressar o mais exatamente possível o que se procura saber, elucidar e compreender melhor” (Quivy, 2008). Assim sendo, procuramos obter resposta à seguinte questão de partida: “De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?”

1.5.1 Questões Derivadas

Tendo em conta a questão de partida, foram definidas as questões derivadas, sendo elas:

Questão Derivada nº 1

1 – Quais os meios/capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?

Questão Derivada nº 2

2 – Tendo em conta o Ciclo de Gestão de Emergência em qual das fases a contribuição da PE poderia ser mais proveitosa?

Questão Derivada nº 3

3 – Quais foram as inovações que a criação do PDE 3-00 trouxe à participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

Questão Derivada nº 4

4 – Quais as vantagens e inconvenientes da participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

1.6 Metodologia Científica

A realização deste trabalho segue as normas de orientação para a redação do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar.

Também as metodologias descritas no Manual de Investigação em Ciências Sociais de (Quivy, 2008) e no Guia Prático sobre a Metodologia Científica da autoria de Manuela Sarmiento (2013) foram adotadas.

1.7 Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos

O trabalho de investigação realizado é composto por 6 capítulos.

O presente capítulo diz respeito à introdução onde se enquadra o tema e se justifica o mesmo. Neste mesmo capítulo também se delimita o estudo que será feito com vista a alcançar os objetivos definidos para a investigação, bem como a apresentação das questões de partida e derivadas e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, é feito um levantamento de toda a legislação existente de modo que o leitor entenda todo o enquadramento legal que sustenta as Operações de Apoio Civil. Ainda neste capítulo referente à Revisão da Literatura é abordada a Polícia do Exército e explicada a sua missão, suas atribuições bem como a sua organização. Por fim, é abordado o tema da Proteção Civil onde se faz referência aos seus agentes bem como ao PDE 3-00 que enquadra as suas Operações. Além disso, neste capítulo é explicado o ciclo de gestão de emergência para perceber em que fase a colaboração da Polícia do Exército pode ser mais efetiva.

Quanto ao terceiro capítulo, focamo-nos na metodologia utilizada para a elaboração do trabalho.

No quarto capítulo é analisado todo o trabalho de campo fazendo referência a todas as entrevistas feitas, apresentando as principais ideias, bem como os problemas, fazendo ainda a análise de tudo o que foi dito pelos entrevistados.

O quinto capítulo surge na sequência do trabalho de campo onde vão ser lançados os principais problemas desta temática, bem como o que já foi escrito acerca do tema, o que já é feito e o que pode ser melhorado.

Quanto ao último capítulo, o 6º, diz respeito às conclusões e recomendações do trabalho.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Introdução

Este capítulo tem como propósito contextualizar e compreender as U/E/O do Exército em Operações de Apoio Civil através do seu enquadramento legal com recurso às Leis da República Portuguesa. Ainda nos vamos debruçar sobre a Polícia do Exército e compreender através da sua missão, capacidades e valências, como está organizada. Por fim, incluir-se-á a revisão da literatura referente às Operações de Apoio Civil, nomeadamente às suas tarefas primárias e áreas de atuação.

2.2 Legislação Enquadrante¹

2.2.1 Forças Armadas/Exército/PE

A Constituição da República Portuguesa (CRP) define no número 1 do Artigo 275º que “Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”. O Major General Vieira Borges no seu artigo *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades* (2013) reitera esse papel e sublinha que essa é efetivamente a sua missão fundamental. As competências das FA estendem-se também a “(...) missões de proteção civil [e] em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações (...)” (Nº 6 do Artigo 275º da CRP), estando contemplada a sua participação em situações de catástrofe ou calamidade pública (já foram efetivamente relatadas colaborações com as Autoridades de Apoio Civil) (Borges, 2013). Em estados de exceção, pode a sua participação ser igualmente solicitada e os seus meios empregues - falam-se de situações em que o Estado de Sítio ou de Emergência são declarados (segundo os termos do Artigo 19º da

¹ Qualquer lei que possa enquadrar a participação de uma qualquer Unidade do exército esta sujeita a uma hierarquia e que terá de ser respeitada

CRP e da Lei Orgânica nº1/2012 de 11 de Maio relativa ao Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência).

Esclareça-se que o regime dos Estados de Sítio e de Emergência só podem ser declarados nos casos de agressão efetiva ou eminente por Forças Estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública. É nos termos da declaração do Estado de Sítio² que é estabelecida a subordinação das autoridades civis às autoridades militares ou a sua substituição total (Exército Português, 2012). As forças de segurança durante o Estado de Sítio ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do CEMGFA, por intermédio dos respetivos comandantes-gerais. Já na declaração do Estado de Emergência³ prevê-se, se necessário, o reforço dos poderes das autoridades administrativas civis e o apoio às mesmas por parte das FA (Exército Português, 2012).

Essas atividades de apoio das FA, enquadráveis nas missões de interesse público e nos estados de exceção de forma a garantir o funcionamento das instituições democráticas (comentadas pelo General Loureiro dos Santos em *Sobre Missões e Capacidades das Forças Armadas* em (Vaz, 2012)), integram o debatido “Princípio do Duplo Uso” pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), chegando a constituir-se num vasto leque de atividades, como por exemplo: apoio ao Serviço Nacional de Proteção Civil (nomeadamente em situações de catástrofe ou calamidade pública); à satisfação das necessidades básicas das populações; à fiscalização da Zona Económica Exclusiva; na busca e salvamento; à proteção do ambiente; à defesa do património natural e prevenção de incêndios; à pesquisa dos recursos naturais e investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho (Governo de Portugal, 2013). Também em concordância com esse Princípio e com a CRP (nº 6 do Artigo 275º) está a Lei da Defesa Nacional (alínea f, nº 1, Artigo 24º).

À semelhança da supracitada legislação, também a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) orienta as FA para a colaboração em missões de proteção civil (Lei Orgânica nº1-A, Artigo 4º, nº 1, alínea e, f, 2009). Quanto a essas

² Declarado quando se verificarem ou estejam eminentes atos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na Lei (Exército Português, 2012).

³ Declarado quando se verificarem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verificarem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública (Exército Português, 2012).

missões, compete ao Comando Operacional Conjunto (COC) permitir o exercício, por parte do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), a “(...) nível operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças nacional, em todo o tipo de situações e para as missões específicas das Forças Armadas (...)” (Decreto-Lei nº 234, Artigo 14º, nº 1, 2009).

Salienta-se ainda o papel do Exército nestas missões de apoio civil em foco no Decreto-Lei nº231/2009 que refere a sua colaboração “(...) missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (Decreto-Lei nº231, Artigo 2º, nº 2, alínea f, 2009). Neste enquadramento, a Polícia do Exército (RL 2), em particular, é convocada a colaborar em missões de interesse público conforme lhe for determinado (segundo o Quadro Orgânico do Regimento de Lanceiros Nº 2).

Apresentada a legislação enquadrante ao tema, verifica-se que as atividades de apoio civil são intrínsecas à tipologia de operações das FA e respeitam o Princípio do Duplo Uso – “(...) parte da sua atividade [baseia-se] na consecução de tarefas no âmbito da proteção civil e da melhoria da qualidade de vida das populações. Desta forma é dado corpo a uma tipologia própria de missões, definidas no seio das Forças Armadas, como Outras Missões de Interesse Público (OMIP)” (Santos, 2012).

2.3 Operações de Apoio Civil

De acordo com a Lei de Segurança Interna, as FA participam na Segurança Interna, colaborando com as forças e serviços de segurança, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas garantir a articulação operacional entre si (Lei de Segurança Interna nº 53, Artigo 35º, 2008).

No que à Lei de Bases da Proteção Civil diz respeito, o Capítulo VI (do Artigo 52º ao 58º) dedica-se na íntegra ao papel das Forças Armadas no apoio à proteção civil (Capítulo VI - Forças Armadas, 2006). O Artigo 52º refere que “as Forças Armadas colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de proteção civil” e o Artigo 54º destaca as suas formas de colaboração.

Ainda assim, é a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) que, no âmbito da atividade de proteção e socorro, assegura “(...) a coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou

responsabilidades de proteção e socorro” (Decreto-Lei nº75, Artigo 2º, nº 4, alínea d, 2007). Já os agentes de proteção civil têm o dever especial de colaborar com a ANPC (Decreto-Lei nº75, Artigo 5º, nº2, alínea c, 2007).

Pelo Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de Julho, foi criado o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), que visa estabelecer um “(...) conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional” (Decreto-Lei nº134, Artigo 1º, nº 1, 2006). Segundo o mesmo Decreto-Lei, o Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) assegura que todas as entidades se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. Assim, o CCON integra representantes das Forças Armadas. (Decreto-Lei nº 134, Artigo 3º, nº 1 e nº 2, 2006).

2.4 Polícia do Exército

2.4.1 Missões e atribuições⁴

As missões gerais da Polícia do Exército (PE) são apresentadas no Regulamento de Campanha da Polícia Militar, aprovado pelo Ministério do Exército em 1956 (Exército M. d., 1956), regulamento esse que enquadra igualmente as suas principais atribuições e atributos distintivos.

Segundo o atual Comandante do Grupo de PE, o Tenente-Coronel Alves de Sousa, num artigo da Revista da Cavalaria (Sousa, 2007), a PE tem como missão auxiliar o Comandante de quem depende, na manutenção da ordem e da disciplina, na proteção da propriedade pública e particular e no cumprimento das leis, regulamentos e ordens superiores, podendo ainda desempenhar outras missões de acordo com as diretivas do respetivo Comando. Complementares, estão as missões de: Manutenção de Disciplina, Lei e Ordem (Serviço de Polícia, Investigação Criminal, Imposição da Lei e da Ordem, Detenção e Reclusão de Presos das Nossas Tropas e ainda apoio às Autoridades Cíveis); Controlo de Circulação (Vigilância e Reconhecimento de Itinerários, Fiscalização de Circulação, Controlo de Refugiados e Transviados, Fornecimento de Informação e Travessia de Cursos

⁴ Ver Figuras 1, 2, 3 e 4 do Anexo A - Missões da Polícia do Exército

de Água); Segurança de Área (Reconhecimento e Vigilância de Área, Combate na Área da Retaguarda, Segurança Física, Reconhecimento Nuclear, Biológico e Químico, Controlo de Danos); Prisioneiros de Guerra (Reunião, Evacuação e Internamento)

No mesmo artigo, o autor destaca as principais características da PE como sendo:

- a) **Mobilidade** – têm capacidade de reagir rapidamente a uma ordem de acordo com as prioridades ou acontecimentos das operações, mesmo aos mais baixos escalões;
- b) **Flexibilidade** – com prontidão, têm a capacidade para se adaptar às situações diversas e devolver a normalidade com recurso aos seus meios;
- c) **Comunicação** – na execução das suas missões a PE tem organicamente comunicações em todos os escalões;
- d) **Compreensão da situação** – possui uma capacidade de reconhecimento diferenciadora dos efeitos provocados pelas mais diversas ações devido aos sucessivos patrulhamentos que leva à clarificação do ambiente operacional (missão característica da PE);
- e) **Especialização** – possui técnicas, treinos e meios com características únicas das restantes forças;
- f) **Ligação** – próprio da PE em todos os escalões com os mais diversos tipos de forças e organismos para aumentar a inter-operabilidade e assim potencializar a perspectiva do Comandante.

O desempenho das suas operações tem por base algumas atribuições destacadas no Regulamento de Campanha da Polícia Militar anteriormente referenciado, como sejam: atribuições gerais, em tempo de paz, na zona de operações, em território ocupado, nos aglomerados populacionais em território nacional e nas zonas militares reservadas. De entre as mesmas, importa destacar as seguintes:

- a) **Atribuições gerais** – proteção de propriedade pública e particular; e manutenção de ordem e de disciplina militar. Estas são ao mesmo tempo atribuições do Comandante de qualquer escalão.

Torna-se relevante salientar que a PE serve de complemento a todos os outros meios de que disponha o Comandante para o desempenho das atribuições referidas e é, simultaneamente, mais um meio posto à sua disposição. Posto isto,

para além das normais, o Comandante pode atribuir missões especiais à PE que dele depende, é responsável pela sua direção, fiscalização e uso e coordena as suas missões com as da PE de outros Comandantes que, nesse momento possam estar sob a sua direção e fiscalização (ainda que tenha de manter o equilíbrio das operações e definir com clareza as responsabilidades de cada uma). Ainda no âmbito destas atribuições, a PE procura evitar que o pessoal militar cometa atos atentatórios de disciplina ou desprestigiantes para as instituições militares;

- b) Atribuições em tempo de paz** – manter a ordem entre os componentes do Exército e fazer cumprir as leis e regulamentos militares; proteger o pessoal militar e civil de qualquer excesso ou violência; deter os militares ausentes sem licença ou cuja situação não esteja definida; fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes; em caso de ser determinado pela hierarquia, cooperar com as autoridades locais e com a Cruz Vermelha ou outras organizações civis de socorros em caso de desastres ou outras emergências graves; reprimir e dispersar motins;
- c) Atribuições nos aglomerados populacionais em território nacional** – manter a ordem entre os componentes das forças militares e fazer com que cumpram as leis, regulamentos e costumes civis; deter o pessoal militar que apareça em público embriagado ou em qualquer estado que colida com a moral pública ou com as disposições disciplinares; fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes; fornecer informações às entidades para isso autorizadas, sobre a localização de pontos importantes e de interesse vital; fiscalizar a circulação militar, quando estiverem a ser executados movimentos de tropas; fazer cumprir as ordens relativas a zonas interditas bem como as que determinam as horas de recolher; fiscalizar os movimentos de indivíduos, quer militares quer civis, em zonas que estejam sob a jurisdição do Exército; auxiliar as autoridades civis na execução das leis relativas aos estrangeiros inimigos, quando tal seja determinado.

2.4.2 A Polícia do Exército e o Regimento de Lanceiros Nº 2

Atualmente o Regimento de Lanceiros Nº 2 desempenha todas as missões de PE (Controlo da Circulação, Segurança da Área, Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem e Prisioneiros de Guerra). Segundo o Coronel Miguel Machado na sua reflexão acerca das novas capacidades nos Lanceiros (2010), a unidade assume-se como a “casa-mãe” da Polícia do Exército sendo ainda nela formada as praças destinadas às diferentes unidades desta especialidade.

De acordo com a missão atual da Polícia do Exército e os quadros orgânicos de pessoal e material (do RL 2) definidos em Dezembro de 2011 (Exército C. d., 2011), esta unidade deve aprontar 2 Esquadrões de Polícia do Exército que constituem o Grupo PE⁵ e tem como possibilidades garantir a prontidão de dois Esquadrões de Polícia do Exército, executar as honras militares quando solicitado bem como em cerimónias onde esteja presente o General CEME e colaborar em ações no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado.

No mesmo artigo do Coronel Miguel Machado encontramos o testemunho do Coronel de Cavalaria Rui Jorge do Carmo Cruz Silva, Comandante da unidade em 2010, que refere algumas das atividades desenvolvidas pelo Regimento: “(...) rondas e segurança de instalações militares; guardas extraordinárias; buscas cinotécnicas; escoltas a pessoal, altas entidades, presos e detidos, material e cargas especiais como armamento, munições, viaturas blindadas, sistemas de armas de artilharia e equipamentos pesados de engenharia; guardas de honra e alas de cortesia a altas entidades nacionais e estrangeiras e múltiplos serviços de carácter honorífico e fúnebre; missões de controlo de acessos, tráfego e estacionamento; levantamento de acidentes envolvendo viaturas militares (...)” (Machado, 2010).

Reforçadas no mesmo artigo e no Quadro Orgânico do 1º e 2º Esquadrões⁶, a PE possui outras capacidades muito úteis que podem ser utilizadas no desempenho das suas missões, tais como:

- a) **Módulo de Segurança do Elemento de Defesa NBQ** – representa uma parte do esforço que o Exército desenvolveu com o levantamento do ElDefBQR através da preparação e aprontamento do seu Módulo de Segurança. Este módulo possui a formação Biológica e Química adequada, e está vocacionado para a segurança de área e das equipas de reconhecimento;

⁵ Ver Figura 5 do Anexo B - Quadros Orgânicos

⁶ Ver Figura 6 do Anexo B - Quadros Orgânicos

- b) **Controlo de Tumultos** – esta capacidade destina-se a auxiliar as autoridades civis e militares na repressão e controlo de tumultos, no decurso de operações no âmbito da Manutenção da Ordem Pública, atualmente a PE ministra o estágio a todas as forças nacionais destacadas;
- c) **Proteção Pessoal** – é uma força permanentemente pronta para ser empenhada em Forças Nacionais Destacadas (FND) e em operações decorrentes dos processos das *NATO Response Force* (NRF) e dos *Battlegroup* da UE. Desempenhou missões no Território Nacional e além-fronteiras com duas equipas de *Loss-Protection* no Kosovo e uma equipa de Formadores em Cabo Verde;
- d) **Batedores em moto** – utilizados pela PE há vários anos, representam uma mais-valia considerável para a mobilidade de colunas militares, especialmente quando estas têm de operar em centros urbanos e no controlo de tráfego. A flexibilidade da moto (atualmente equipadas com a Yamaha TDM 900) e a elevada experiência dos militares que as operam representam uma capacidade que, para além da sua eficiência, permite uma elevada economia de meios e de pessoal;
- e) **Equipas Cinotécnicas** – o produto operacional específico deste tipo de valência constitui fator multiplicador de eficácia das Forças de Controlo de Tumultos ou em missões de patrulhamento e segurança. Garante ainda a proteção imediata direta de tropas, instalações e equipamentos devido à sua grande capacidade de alerta oportuno. Devido a cooperação com a Guarda Nacional Republicana a PE hoje tem a capacidade de buscas de drogas e explosivos.

2.5 Proteção Civil / Operações de Apoio Civil

Neste subcapítulo propomo-nos a dissecar o conceito de Proteção Civil bem como identificar os seus objetivos. Numa segunda fase, verificar quais os agentes que participam nas atividades de proteção civil e, por último, perceber o enquadramento doutrinário do

Exército em Operações de Apoio Civil bem como explicar quais as três áreas de atuação, as suas finalidades e tarefas primárias.

2.5.1 Definição, objetivos e agentes de Proteção Civil

Conforme a Lei de Bases de Proteção Civil, “a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram” (Artigo 1º Proteção Civil, 2006).

A Proteção Civil tem como objetivos fundamentais prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante; atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos; socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe (Decreto-Lei nº27, Artigo 4º, 2006).

Ainda na mesma Lei, no Capítulo IV referente à estrutura da proteção civil, encontramos no Artigo 46º todos os agentes que dela fazem parte: os corpos de bombeiros, as forças de segurança, as FA, as autoridades marítima e aeronáutica, o INEM e demais serviços de saúde e ainda os sapadores florestais.

2.6 Operações de Apoio Civil

A participação do Exército em operações de apoio civil está doutrinariamente enquadrada pelo PDE 3-00 Operações (Exército Português, 2012).

O apoio civil inclui todas as ações de auxílio levadas a cabo pelas forças militares em apoio das autoridades civis na prevenção e resposta a emergências internas, na melhoria da qualidade de vida das populações e em outros apoios específicos. As operações podem ser conduzidas em três áreas diferentes: proteção civil, segurança interna e bem-estar das populações.

- a) **Proteção Civil** – “(...) são normalmente intervenções de caráter limitado no tempo, decorrendo até que as autoridades civis o possam fazer sem o auxílio do Exército. O apoio em ações de proteção civil pode revestir-se nas seguintes formas de colaboração: ações de prevenção, auxílio no combate e de rescaldo a incêndios, reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes, ações de busca e salvamento, disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações, reabilitação de infraestruturas, execução de reconhecimentos terrestres e prestação de apoio em comunicações. Estas ações de colaboração podem por sua vez ocorrer sob duas formas de apoio: programado ou não programado. Em casos extremos ou excepcionais as forças do Exército podem conduzir ações de assistência ou de socorro diretamente àqueles que delas necessitem, no entanto, o mais comum, é a prestação de apoio às autoridades civis competentes, coordenando e sincronizando os seus esforços com estas” (Exército Português, 2012, p- 9.3);
- b) **Segurança Interna** – “para assegurar o dever especial de colaboração com as Forças e Serviços de Segurança, em matéria de segurança interna, as forças do Exército podem-se articular operacionalmente tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões. Nestas incluem-se em especial a proteção da vida e integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenção e reação a acidentes graves ou catástrofes, a defesa do ambiente e a preservação da saúde pública” (Exército Português, 2012, p- 9.3).
- c) **Bem-estar das populações** – “no âmbito do bem-estar das populações, o Exército colabora em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, executa ações relacionadas com a proteção do ambiente e de preservação do património cultural, histórico e artístico a seu cargo e cumpre a missão particular de realizar trabalhos de informação geográfica com aplicação militar e contribuir, neste domínio, para a atualização

do levantamento cartográfico nacional e prestação de outros serviços geográficos” (Exército Português, 2012, p- 9.3).

2.6.1 Finalidades das Operações de Apoio Civil

O Exército aquando da sua participação em operações de apoio civil tem como finalidades **salvar vidas** (“orientar os seus esforços para o resgate, evacuação e gestão de consequências”), **restabelecer serviços essenciais** (“em consequência de acidentes graves ou calamidades”), **melhorar a qualidade de vida das populações** (“o Exército, tira partido do emprego de alguns dos seus meios, nomeadamente de Engenharia Militar”), **manter ou restabelecer a lei e a ordem** (“através do apoio colaborativo às entidades competentes em situações de crise que excedam a capacidade destas ou através do apoio em pessoal e equipamento a operações da responsabilidade das autoridades competentes pelo restabelecimento da lei e da ordem”), **proteger infraestruturas e património** (“as forças do Exército podem ser solicitadas para garantir a segurança física de propriedade pública ou privada”), **manter ou restabelecer as capacidades da administração civil** (“as forças terrestres podem em situações deste tipo, providenciar serviços essenciais diversos, como por exemplo alimentação, alojamento e transporte, e apoio em comunicações às administrações civis até que estas estejam em condições de assumir as suas funções institucionais”) e **moldar o ambiente para facilitar o sucesso das atividades das autoridades civis** (“esta moldagem de ambiente proporcionada pelas forças do Exército, visa apoiar e facilitar a atuação decisiva das autoridades civis, procurando-se um estado final em que estas cumprem as suas atribuições sem necessidade de colaboração”) (Exército Português, 2012, p. 9-5).

2.6.2 Tarefas Primárias das Operações de Apoio Civil

São cinco as tarefas primárias das operações de apoio civil:

- a) **Apoio na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes** – “(...) esses apoios englobam o reforço das entidades civis em vários campos de atividade (exemplos: busca e resgate, saúde, infraestruturas e inativação de explosivos), com pessoal especializado e equipas cinotécnicas; disponibilização de pessoal,

equipamentos, instalações e de apoio logístico, quer para as operações, quer para a população afetada; trabalho indiferenciado com pessoal não especializado. Em situações muito particulares e nos termos da lei, as forças do Exército podem ser empregues em ações de apoio na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes, no âmbito da segurança interna, em colaboração com as FSS” (Exército Português, 2012, p. 9-5);

- b) Apoio na satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações** – “(...) o Exército, designadamente através da Engenharia Militar, desenvolve trabalhos em apoio das entidades civis fundamentalmente no domínio da rede viária rural e das infraestruturas ligadas ao desenvolvimento económico das regiões com fraca acessibilidade. O apoio do Exército pode materializar-se ainda através da montagem de pontes militares, de ações relacionadas com a proteção do ambiente e de preservação do património cultural, histórico e artístico a seu cargo” (Exército Português, 2012, p. 9-5);
- c) Apoio na resposta a acidentes graves, incidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico, com possibilidade de associação a Explosivos (NBQR-E)** – “(...) uma atuação de forças do Exército, no âmbito desta tarefa primária, pode acontecer sem ser originada por uma ação terrorista – pode ter origem num acidente (por exemplo num complexo industrial com produção e/ou armazenagem de produtos tóxicos, num laboratório, numa central ou submarino nuclear, num transporte perigoso, entre outros). A ocorrência de um acidente é mesmo a ameaça NBQR com maior atualidade (...)” (Exército Português, 2012, p. 9-5);
- d) Apoio a autoridades civis e FSS no restabelecimento ou na manutenção da lei e ordem** – “(...) o apoio a prestar neste âmbito pode ser direto ou indireto a dar pela Força de Controlo de Tumultos da PE. O primeiro verifica-se em casos extremos – estados de exceção – e quando decretado pelo Presidente da República. Implica o emprego de forças do Exército, enquanto ramo das Forças Armadas, diretamente no restabelecimento ou na manutenção da lei e ordem (buscas e revistas, apreensões, interdição temporária de acessos, remoção de

obstáculos em locais públicos, entre outros). O apoio indireto refere-se ao apoio das forças militares – pessoal ou equipamentos – às autoridades civis ou às FSS, mas não lhes garante autoridade para exercer diretamente ações que visem o restabelecimento ou na manutenção da lei e ordem” (Exército Português, 2012, p. 9-5);

- e) **Outros apoios específicos** – “(...) estes apoios verificam-se por exemplo durante a realização de eventos públicos sejam eles de cariz local, regional, nacional ou até internacional e podem consistir em apoio colaborativo diverso, apoio em transporte especial (a visita do Papa Bento XVI por exemplo e a sua viatura privada) ou apoio ao incremento de medidas de segurança, entre outros” (Exército Português, 2012, p. 9-5).

2.7 Ciclo de gestão de emergência

O ciclo de gestão de emergência⁷, composto por diversas etapas, diz respeito ao desenvolvimento de atividades para dar resposta na previsão, antes, durante ou após a ocorrência de uma emergência. As tarefas que são elaboradas nessas etapas não podem ser pensadas de forma isolada, pelo contrário, são delineadas para funcionarem como parte de um ciclo que não pode ser descontínuo. O sucesso da prevenção de riscos de origem natural⁸, antrópica⁹ e mistos¹⁰, depende do esforço que for colocado em todas as fases do ciclo de gestão de emergência.

Para as comunidades os perigos¹¹ de origem natural, como incêndios florestais, por si só, não representam um risco para as mesmas. O risco resulta da vulnerabilidade da comunidade (ou organização) às consequências do perigo (impacto) e da probabilidade do cruzamento entre o perigo e o ambiente humano, Haddow et al, (2008, p. 68). Ou seja, um

⁷ Ver Figura 7 do Anexo C - Ciclo de gestão de emergência

⁸ Os riscos naturais resultam do funcionamento dos sistemas naturais, como sismos, movimentos de massa em vertentes, erosão do litoral, inundações, entre outros. Estes tendem a ter consequências mais disseminadas no território (Civil, 2015).

⁹ Perigos de origem antrópica têm um perfil mais difícil de delinear, principalmente no caso dos riscos sociais derivados de ações criminosas e terroristas, que são atos deliberadamente preparados com a intenção de maximizar a possibilidade de alcançar os seus objetivos, causando danos e, muitas vezes, vítimas.

¹⁰ Os riscos mistos resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (incêndios florestais) (Civil, 2015).

¹¹ O perigo pode ser entendido, como uma ocorrência ou circunstância que, potencialmente pode causar um acidente grave ou uma catástrofe.

incêndio florestal, como sendo um perigo natural, só se torna um risco misto caso afete diretamente uma comunidade, se estiver em risco o ambiente humano.

O perigo é algo que não pode ser medido, já o risco pode. O cálculo do risco é o produto da probabilidade pela gravidade. Sendo a probabilidade do perigo (perigosidade), materializado pela frequência de ocorrências com consequências negativas para a população, ambiente e socioeconômica; e a gravidade, são as consequências de um evento expressas em termos de escala de intensidades dos efeitos negativos para a população, e bens e ambiente.

Podendo haver enumeras definições para emergência, a mesma é entendida como um evento excecional que excede a capacidade dos recursos normais e as organizações, para a tratarem. Sendo assim a gestão de emergência pensada a um nível estratégico, onde são elaborados planos, estruturas e outros processos para organizar e otimizar os esforços das organizações oficiais, não-governamentais, privadas e voluntárias de um modo abrangente e coordenado para dar resposta a todas as necessidades de emergência.

Existem vários modelos que podem ser utilizados para gerir situações de emergência. O conceito da gestão de emergência, ou *Emergency Management*, está relacionado com a Defesa Civil e Proteção Civil.

O conceito do ciclo de gestão de emergência surgiu em 1978 com o relatório *National Governor's Association* dos EUA, referindo a necessidade da criação de um ciclo de gestão de emergência (onde se englobam todos os perigos que ameaçam tornarem-se em riscos para a população) no qual se permite a colaboração e esforço de várias entidades em todas as fases do ciclo. O ciclo baseia-se nas seguintes fases: *Mitigation* (Prevenção/Mitigação), *Preparedness* (Preparação), *Response* (Resposta) e *Recovery* (Reabilitação/Recuperação).

O mesmo ciclo foi apresentado pela NEPA ¹² 1600 (2007) (Standard on Disaster/Emergency Management and Business Continuity Program), apresentando uma série de documentos, planos e indicações para as organizações e entidades. Apresentando medidas que procuravam reduzir as manifestações de um Risco.

¹² A norma NEPNA 1600 (2007) faz parte do conjunto de documentos aprovados e editados pela National Fire Prevention Association, instituição sem fins lucrativos norte americana criada em 1896, cuja missão visa o estabelecimento de regras para a redução do risco de incêndio e outros perigos que ameaçam a qualidade de vida.

As fases de Prevenção/Mitigação e Preparação são as duas que antecedem a eminência de uma emergência. Segundo a ANPC (2009), a **Prevenção** de situações de emergência pode ser entendida como um conjunto de atividades “(...) essenciais de proteção civil onde se procuram as alternativas conducentes a minimizar o risco, quer seja evitando a sua ocorrência quer seja eliminando os danos do mesmo. As atividades de monitorização dos riscos e as ações de vigilância, identificação das zonas vulneráveis, os sistemas de alerta precoce ou a evacuação de populações em áreas ameaçadas, são exemplos de medidas de prevenção”. Não podemos eliminar o perigo de ocorrência de um incêndio, podemos sim fazer uma análise, de riscos para se poder identificar, as suas consequências, probabilidade e vulnerabilidades.

Assim sendo, uma vez que não se pode eliminar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, podemos adotar medidas de **mitigação** através uma serie de ações para eliminar ou reduzir a probabilidade do evento ou para reduzir a sua severidade ou consequências, antes ou a seguir à ocorrência dum desastre/emergência (naturais, tecnológicos ou originadas pelo Homem). A mitigação deste fenómeno natural pode ser conseguida através da melhoria e elaboração de Faixas de Gestão de Combustível, melhoramento da Rede Viária Florestal e através de ações de sensibilização e vigilância, funcionando como elemento dissuasor para o fogo posto e meio informativo para os cuidados a ter com a floresta.

Na fase de **preparação** são efetuados treinos operacionais, com base em cenários próximos da realidade, como os realizados pela ANPC, com vários elementos do DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, no simulacro de preparação para a época de incêndios florestais de 2015. A preparação é um conjunto de “atividades de Proteção Civil que admitem essencialmente as ações relacionadas com o planeamento de emergência, a definição dos níveis de Alerta e as conclusões dos simulacros para a definição da resposta”, (Civil, 2015).

Após a ocorrência, encontramos-nos na fase da resposta, sendo essa a fase da emergência propriamente dita. Nesta fase, é posto em operacionalização os planos e ações previstas na fase de planeamento de emergência. Estas ações compreendem o socorro, as atividades de apoio logístico, assistência médica, avaliação de danos e emprego de todos os meios previstos, ou não, com o objetivo de reduzir ou eliminar de forma permanente o risco. No âmbito da DFCI, é nesta fase que atuam as várias entidades do DECIF e todos os agentes de proteção civil, podendo, estas entidades, fazer parte de um ou mais momentos da fase da

resposta: inicialmente no Dispositivo de Vigilância e Detecção, na fase do Incêndio, no Ataque Inicial, Ataque Ampliado ou no Rescaldo e Vigilância Pós-Rescaldo. (Anexo J).

Seguindo a lógica de que o ciclo inicia-se na fase de Prevenção/Mitigação, a última fase do ciclo corresponde a fase de Reabilitação/Recuperação.

2.8 Contribuição do Exército

A colaboração do Exército é feita a pedido da ANPC, através do EMGFA, podendo em casos de manifesta urgência, os Comandantes Operacionais Distritais e os Presidentes das Câmaras Municipais solicitar a colaboração do Exército diretamente aos Comandantes das Unidades e /ou OCAD da respetiva área então o Exército coloca assim os seus meios da Componente Operacional ao serviço da população, atendendo à sua versatilidade e flexibilidade de emprego, quer no âmbito das missões de interesse público como em situações de emergência ou calamidade, refletindo assim a **capacidade dual** dos seus meios.

A autorização de atuação compete ao CEMGFA.

Contudo, em caso de manifesta urgência, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos e o Comandante da Unidade implantada na área afetada são competentes para no seu âmbito autorizar a atuação, sempre com informação e pedido de sancionamento ao CEMGFA.

As forças e elementos militares são empregues sob a cadeia de comando das Forças Armadas, sem prejuízo da necessária articulação com os comandos operacionais da estrutura de proteção civil.

A articulação entre a estrutura de proteção civil e a estrutura militar é feita através dos representantes das Forças Armadas que participam na estrutura de proteção civil (de forma permanente ou em função da situação) no Território Continental. As Forças Armadas fazem-se representar junto das seguintes estruturas de proteção civil:

– Órgãos de Direção, Coordenação e Execução da Política de Proteção Civil aos níveis Nacional e Distrital:

- Um representante do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) na Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC);

- Representantes nas Comissões Distritais de Proteção Civil (CDPC), que acumulam com a representação nas Comissões Distritais de Defesa da Floresta (CDDF), que se articulam com o Centro de Situação e Operações Conjunto do Comando Operacional Conjunto do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CSOC/COC/EMGFA).

– Junto dos órgãos de Coordenação Institucional do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), também aos níveis Nacional e Distrital:

- Um Representante no Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), que acumula com a representação no Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), que se articula com o CSOC/COC/EMGFA;

- Representantes nos Centros de Coordenação Operacional Distritais (CCOD). Estes elementos (oficiais de ligação) articulam-se com os comandos que executam as operações e com os comandantes das forças militares no teatro de operações, mantendo informado o CSOC/COC/EMGFA. O Exército assegura a representação das Forças Armadas em 17 dos 18 CCOD, cabendo a outra representação à Marinha (Silva B. d., 2012).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 Método

De acordo com Manuela Sarmiento, método é “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013). Logo, para a realização do trabalho utilizámos dois métodos que parecem adequar-se melhor à elaboração do mesmo: o dedutivo e o inquisitivo, uma vez que numa investigação podem ser utilizados mais do que um método. Para que um estudo contenha informação objetiva e real, o investigador deve apoiar-se no maior número de ferramentas possíveis. A utilização de diversos métodos de recolha de dados permite ao investigador cruzar o máximo de informação e obter, desta informação, a resposta às perguntas derivadas da investigação (Coutinho, 2008)

No que diz respeito ao método dedutivo proposto por Aristóteles, este baseia-se num raciocínio racional e lógico que tem origem de uma ideia geral para outra mais concreta (Sarmiento, 2013). No trabalho verifica-se a utilização deste método quando, utilizado numa fase inicial, se tornou necessário perceber toda a legislação enquadrante a nível nacional para a participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil, sendo que para tal tivemos de analisar a legislação enquadrante no que às Operações de Apoio Civil diz respeito das Forças Armadas, Exército e só depois nos focamos na Polícia do Exército.

Quanto ao método inquisitivo, apoia-se no interrogatório escrito ou oral (Sarmiento, 2013). No presente trabalho aparece na forma de entrevista exploratória oral e presencial, que nos permitiu retirar elementos de reflexão bastante ricos e esclarecimentos para aprofundar o conhecimento sobre a matéria através de perguntas abertas, fechadas e mistas. Este foi utilizado para a obtenção de informação que pudesse auxiliar na resposta às questões derivadas.

3.2 Procedimento

Numa primeira fase, e como anteriormente referenciado, foi utilizado o método dedutivo para a análise de documentação legal. Foi analisada a Constituição da República Portuguesa, diversas leis, vários documentos legislativos, publicações doutrinárias, regulamentos de campanha, revistas militares, publicações em revistas da temática em questão e livros. Esta pesquisa foi feita essencialmente nas Bibliotecas da Academia Militar e Municipal de Sintra, complementada com um deslocamento ao Regimento de Lanceiros Nº 2, ao Estado-Maior do Exército e ainda ao Comando das Forças Terrestres onde foi possível obter informação acerca da temática e de quadros orgânicos e ainda a interação com oficiais responsáveis pelo tema em questão.

Quanto ao método inquisitivo foi feita uma recolha de dados através de entrevistas de carácter exploratório oral e presencial, para que quem lida todos os dias com esta temática pudesse confirmar o que na fase documental foi escrito e ainda adquirir dados para respondermos às perguntas derivadas propostas no trabalho.

As entrevistas exploratórias realizadas foram classificadas de estruturais quanto à sua forma de operacionalização, pois as questões foram previamente formuladas de forma a obter resposta apenas ao pretendido permitindo assim uma comparação de respostas dos vários entrevistados (Freixo, 2010).

3.3 Amostra

O Inquérito por Questionário “permite recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados” (Sarmento, 2013).

A amostragem é para (Fortin, 2009) “(...) o procedimento pelo qual um grupo de pessoas (...) é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno”.

Foram seleccionadas seis entidades para serem entrevistadas, escolha que se prendeu com o seu conhecimento sobre o tema à unidade onde se encontram a desempenhar funções e/ou à função que desempenharam ligada à Polícia do Exército ou à Protecção Civil.

O Cor Cruz Silva, Comandante do Regimento de Lanceiros Nº 2 nos anos de 2008 a 2010, foi seleccionado por não só ter comandado o RL2, como por ter desempenhado todo o seu percurso como militar ligado à Polícia do Exército, estando assim unido a esta temática durante toda a sua carreira militar; o Coronel Neves de Abreu por ser o atual Comandante

do RL2 e com um valioso conhecimento sobre os mais recentes progressos do PDE 3-00; o Comandante do GPE, Tenente Coronel Alves de Sousa, por dentro do Grupo desde Oficial subalterno, foi adicionado a esta amostragem por melhor conhecer as suas potencialidades e vulnerabilidades; o Tenente Coronel Pedro Ferreira representa igual contributo para a amostragem por ser o Oficial no Estado-Maior do Exército que desempenha a função de oficial de ligação com a Proteção Civil; a Major Ana Silva Comandante do ElDefBQR foi considerada para entrevista por coordenar um elemento cuja missão principal é a participação em Operações de Apoio Civil e no qual a PE tem nesse elemento o módulo de Segurança que recentemente participaram juntos em diversos treinos operacionais devido à ameaça do vírus do Ébola; o Tenente Almeida por ter estado no comando de um pelotão PE durante todo o seu percurso como Oficial subalterno e, conseqüentemente, por ter presenciado a participação da PE numa operação em consonância com a Proteção Civil nas cheias de Pombal, onde fizeram a escolta aos geradores que iriam garantir luz à cidade de Pombal e ainda a segurança aos mesmos.

A Tabela seguinte apresenta os Oficiais entrevistados no seguimento do Trabalho de Investigação e as suas respetivas unidades:

Tabela 1 – Entidades entrevistadas

Entidade	U/E/O	Nº do Entrevistado
Coronel Cruz Silva	-	1
Coronel Neves de Abreu	RL2	2
Tenente Coronel Alves de Sousa	RL2	3
Tenente Coronel Pedro Ferreira	EME	4
Major Ana Silva	CFT	5
Tenente Almeida	AM	6

CAPÍTULO 4

TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Inquérito por Entrevista

As entrevistas permitem obter informações através da interação direta com os elementos, cujos conhecimentos demonstram ser únicos e os mais apropriados para a investigação (Sarmento, 2013).

As entrevistas aplicadas neste trabalho foram enviadas aos entrevistados com antecedência para que estes pudessem antecipadamente familiarizar-se com o guião¹³.

Feita a aplicação e transcrição das entrevistas e, após leitura aprofundada, procedeu-se à respetiva análise, adaptada pela metodologia elucidada por Manuela Sarmento (2013).

Primeiramente é feita uma diferenciação de segmentos do texto em cada uma das questões elaboradas, ou seja, são constituídas as unidades de contexto dos conteúdos da

s entrevistas, pelo que foi atribuído um número a cada um dos entrevistados. Seguidamente e retirado das entrevistas é realizada as unidades de registo. Estas são caracterizadas pelo facto de serem afirmações comparáveis, que permitem estabelecer ligações entre as respostas. Por fim é elaborada a matriz, que vai agregar estes conceitos, relacionando as unidades de contexto e unidades de registo por questão, constituindo-se deste modo a análise de conteúdo das entrevistas. Posteriormente quantificam-se as unidades de registo e surgem as unidades de enumeração, que se consubstanciam na aferição da frequência da presença da respetiva unidade de registo em todas as entrevistas, conforme está demonstrado na Tabela 1. Por último são elaboradas as conclusões por questão de toda a entrevista.

¹³ Ver Anexo D - Guião de entrevistas

Tabela 2 - Análise Quantitativa das Entrevistas

Unidades de Registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados (%)
	1	2	3	4	5	6		
Pergunta 1 Considera valiosa a contribuição da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?								
Sim, apoia na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes e apoia na resposta a incidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico					x		1	17
Sim, apesar de diminuta é valiosa, porém podia ser melhorada				x		x	2	33
Sim, mesmo não sendo o seu <i>core business</i> pode ser trabalhada de forma a obter mais conhecimento	x			x			2	33
Sim, a PE dá um contributo valioso em diversas áreas como por exemplo o ElDefBQR	x	x	x				3	50
Pergunta 2 Quais as vantagens dessa participação?								
Colmatar limitações nos meios civis		x	x				2	33
Ligação ao meio civil, credibilidade das instituições militares	x	x		x	x	x	5	83
Fonte de motivação					x	x	2	33
Pergunta 3 De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?								
As missões tradicionais da PE vão ao encontro às das Operações de Apoio Civil	x	x	x	x		x	5	83
Na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes e na resposta a incidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico					x		1	17
Pergunta 4 Das três áreas de apoio civil (que são a proteção civil, segurança interna e bem-estar das populações) para qual considera estar a Polícia do Exército mais vocacionada e porquê?								
Segurança Interna			x	x		x	3	50
Nas três áreas existe vocação	x	x					2	33
Proteção Civil					x		1	17
Pergunta 5 Destaque os meios e capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?								
Viaturas caracterizadas, meios rádios, armamento, equipas cinotécnicas, proteção	x	x	x	x		x	5	83

peçoal controlo de tumultos e todas as missões rotineiras (PFC, Patrulhamentos, etc.)								
Todas as capacidades do elemento					x		1	17
Pergunta 6 Considera que existem meios humanos suficientes para a Polícia do Exército poder desempenhar as tarefas solicitadas no âmbito do apoio civil?								
Sim	x	x	x	x	x	x	6	100
Pergunta 7 É ministrada algum tipo de formação aos militares do Regimento de Lanceiros Nº 2 no âmbito das Operações de Apoio Civil? Quais os incrementos que podiam ser feitos a essa formação?								
Não, falta o treino de forma a garantir a interoperabilidade com os meios civis			x	x		x	3	50
Sim, e para além da sua formação base ainda têm formação em muitas outras áreas bem como as missões que desempenham nos teatros de operações que pode ser canalizadas para as de Apoio Civil	x	x				x	3	50
Pergunta 8 Foi recentemente solicitada a participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?								
Sim	x	x	x	x	x	x	6	100
Pergunta 9 Quais as dificuldades encontradas na condução das operações referidas?								
Escasses de recursos humanos	x	x	x				3	50
Falta de treino conjunto				x		x	2	33
Estar sempre envolvida na cenarização					x		1	17
Pergunta 10 Considera que tenham sido trazidas inovações a este tipo de operações com a criação do PDE 3-00? Quais?								
Sim, trouxe inovações uma vez que este tipo de apoio não estava conceptualizado		x	x				2	33
Não estou a par do novo PDE	x			x	x	x	4	67

Considerando os resultados apresentados que se encontram associados às perguntas no guião de entrevista são realizados, então, os comentários entendidos como necessários, sobre os resultados pertinentes, inscritos na Tabela 1.

No que respeita à pergunta nº 1 - “**Considera valiosa a contribuição da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?**”, todos os entrevistados consideram valiosa a participação da PE em Operações de Apoio Civil. É considerada por três dos entrevistados uma força com valências para participar em diversas áreas, sendo dado especial relevo ao

ElDefBQR. A par disso, a Major Ana Silva, Comandante do ElDefBQR salienta também o apoio ao nível das atividades de prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes e apoio na resposta a incidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico. O Coronel Paulo Manuel Simões das Neves de Abreu reforça que “sendo uma unidade caracterizada pela sua flexibilidade pode colaborar realizando diversas tipologias de tarefas”.

Ainda assim, dois dos entrevistados referem que apesar de valiosa, apoiar nas Operações de Apoio Civil não é a missão principal da PE. O Tenente Coronel Pedro Ferreira diz mesmo que é diminuta, porém pode ser melhorada.

Analisando a pergunta nº 2 - **“Quais as vantagens dessa participação?”**, a resposta ‘ligação ao meio civil, credibilidade das instituições militares’ obteve um resultado de 83%, verificando-se assim um consenso junto dos entrevistados. O Coronel Cruz Silva diz que a participação dos militares da PE em diversos domínios, “mas especialmente nos culturais, económicos, sociais, de segurança pública e de proteção civil, constitui uma vantagem mútua para quem apoia e quem é apoiado, resultando daí forte prestígio para as Forças Armadas”. Dois dos entrevistados salientaram uma das vantagens ser uma fonte de motivação para os militares, como refere a Major Ana Silva - “aquando dos exercícios do Ébola, os militares sentiram-se muitos confiantes e para eles é sem dúvida uma grande fonte de motivação o que é importante para mim enquanto comandante”. O Tenente Miguel Almeida, por experiência própria, relata a motivação sentida pelos seus militares aquando da participação do seu pelotão numa operação de apoio civil. A criação de sinergias entre forças para colmatar limitações nos meios civis foi igualmente apontada como vantagem.

Na pergunta nº 3 - **“De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?”**, a resposta indicando que as missões da PE vão ao encontro às missões das Operações de Apoio Civil foi consensual atingindo um resultado de 83%. Todos os entrevistados enumeraram várias missões da PE bem como o know-how que pode ser direcionado para as Operações de Apoio Civil. Contudo, os entrevistados também referem que estas intervenções podem ser mais parecidas às das FSS. Por comandar uma força que tem como principal missão a colaboração em Operações de Apoio Civil, a Major Ana Silva foi precisa e enunciou mais uma vez que o módulo colabora na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes e na resposta a incidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico.

Na pergunta nº 4 - **“Das três áreas de apoio civil (que são a proteção civil, segurança interna e bem-estar das populações) para qual considera estar a Polícia do Exército mais vocacionada e porquê?”**, dois dos entrevistados consideram que a

participação da PE pode ser nas três áreas de Apoio Civil. O Coronel Cruz Silva, relativo à área da proteção civil, afirma que “existem já planos para a colaboração da PE com as entidades da ANPC”. O mesmo se passa no âmbito do bem-estar das populações onde existem vários acordos com entidades civis. A PE está também vocacionada para apoiar ao nível da segurança interna, embora ainda não hajam planos que definam a colaboração das Forças de Polícia do Exército com as Forças e Serviços de Segurança, cingindo-se esta colaboração a acordos de cooperação em missões pontuais.

A concordância entre três entrevistados sobre a principal vocação da PE ser a Segurança Interna deve-se às missões diárias praticadas bem como às parecenças entre as missões destas forças. A Major Ana Silva referiu que relativamente à Segurança Interna existem outras forças cujo contributo pode ser mais valioso e quanto ao bem-estar das populações, o apoio pode estar direcionado principalmente ao nível da saúde (como recentemente o caso do Ébola). Por esse motivo e porque o elemento tem valências que outras forças não têm, é para a Proteção Civil que a Major considera estar a PE mais vocacionada.

A pergunta nº 5 - **“Destaque os meios e capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?”**, cinco dos entrevistados são unânimes e referem que todos os meios e capacidades da PE, podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil, concluindo através da sua enumeração, que estes meios e capacidades podem ser empregues em várias tipologias de missões. Quanto à Major Ana Silva, esta refere que todos os meios e capacidades do módulo são utilizados em função do Apoio Civil, fazendo referência que o módulo não se pode dividir, ou seja, uma vez ativado, o módulo será sempre todo empenhado.

A pergunta nº 6 - **“Considera que existem meios humanos suficientes para a Polícia do Exército poder desempenhar as tarefas solicitadas no âmbito do apoio civil?”**, ainda que todos os entrevistados tenham respondido afirmativamente a esta questão, existem alguns contrangimentos apontados. Se tivermos em conta a resposta da Major Ana Silva, rapidamente se chega à conclusão que os meios humanos são suficientes estando o módulo completo a 100%. Já os restantes entrevistados destacam a escassez de recursos humanos que afeta o Exército e de que a PE não é exceção. Concordam que existem meios humanos especializados para cumprir com a sua missão principal contudo, na hora de colaborar, é importante alocar os seus meios para o Apoio Civil em função das prioridades e desde que determinadas superiormente e estabelecidas pelo escalão superior.

Quanto à pergunta nº 7 - **“É ministrada algum tipo de formação aos militares do Regimento de Lanceiros Nº2 no âmbito das Operações de Apoio Civil? Quais os incrementos que podiam ser feitos a essa formação?”**, três entrevistados respondem ‘sim’ a esta questão ainda que façam uma reflexão sobre alguns constrangimentos. O Comandante do RL2 fala em rentabilizar a formação base bem como os cursos específicos tirados no Regimento, nomeadamente Cinotécnica, Controlo de Tumultos e Proteção Pessoal. Para além disso, realça a importância de formação adquirida junto da GNR, PSP, PJ no âmbito da Condução Defensiva, Investigação de Acidentes de Viação e Defesa Pessoal entre outras.

O Coronel Cruz Silva acrescenta ainda a importância das missões em teatros de operações como Bósnia, Kosovo, Timor-Leste, Iraque, Afeganistão, “que aportam um valor acrescentado à formação individual e colectiva dos militares da Polícia do Exército e que também esta pode ser canalizada para o desempenho de tarefas em Operações de Apoio Civil”. A Comandante do ElDefNBQR destaca uma lacuna ao nível da saúde, uma vez que a sua equipa médica possui pouca formação na área NBQ.

A pergunta nº 8 - **“Foi recentemente solicitada a participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?”**, todos os entrevistados responderam que sim embora com perspetivas diferentes. Para a Major Ana Silva é exponencial a participação do ElDefNBQR em Operações de Apoio Civil. Grande contribuição foi dada no caso do Ébola, recentemente assinaram um acordo com a Direção Geral de Saúde, para além das divesas palestras solicitadas. Para os restantes entrevistados a participação é bastante pontual. Relembra a participação nas cheias em Pombal, na cimeira da NATO e na segurança ao Papa Bento XVI.

A pergunta nº 9 – **“Quais as dificuldades encontradas na condução das operações referidas?”**, três dos entrevistados apontam a escassez de recursos humanos como a maior dificuldade para continuar a garantir as missões diárias do Grupo de PE e executar estas missões inopinadas. Para o Tenente Coronel Ferreira e o Tenente Almeida deveriam de haver mais treino conjunto entre as outras entidades de Apoio Civil e as FA em geral. Já para a Major Ana Silva, o seu maior receio é saber como a sua força irá reagir no real.

Por último, a pergunta nº 10 – **“Considera que tenham sido trazidas inovações a este tipo de operações com a criação do PDE 3-00? Quais?”**, quatro dos entrevistados revelam desconhecimento face ao PDE 3-00. Já o Comandante do RL2 e o Comandante do GPE concordam que a criação do PDE 3-00 trouxe uma nova conceptualização e organização doutrinária embora, na prática, as missões continuam a ser desempenhadas seguindo as mesmas Tácticas, Técnicas, e Procedimentos.

CAPÍTULO 5

OPERAÇÕES DE APOIO CIVIL

5.1 Introdução

Este capítulo traz o debate sobre as Operações de Apoio Civil, as vantagens das mesmas segundo alguns autores e a discussão sobre o que há a melhorar para que as Operações de Apoio Civil possam decorrer com naturalidade, criando sinergias e potenciando os meios ao dispor do Exército. Nesse seguimento, iremos apresentar o potencial contributo da Polícia do Exército na área da Proteção Civil apresentando desta forma os apoios programados e não-programados. Para finalizar o capítulo, uma matriz SWOT será apresentada incidindo sobre a participação da PE na área da Segurança Interna das Operações de Apoio Civil, uma vez chegados à conclusão que esta é a área destas operações que vai de facto ao encontro das missões da PE.

5.2 Cooperação entre forças

A questão da cooperação militar com a proteção civil (as designadas atualmente de Operações de Apoio Civil) já foi amplamente debatida, assim como a articulação que pode existir das componentes militar, civil e forças de segurança. Dois dos autores que abordaram estas questões foram antigos Ministros da Defesa. No seu artigo sobre “Segurança e Defesa” (Silva A. S., 2010), Augusto Santos Silva fala sobre a necessidade de articular com clareza e de forma suficientemente plástica e dinâmica as componentes civil e militar tendo de haver essencialmente uma resposta cooperativa, de forma a potencializar meios. Ainda assim, o autor é da opinião que existe uma enorme complexidade entre Segurança e Defesa e há ainda muito para trabalhar. Partilha do mesmo parecer o antigo Ministro da Defesa Nuno Severiano Teixeira, que no seu artigo de opinião “Reforma do Estado e Reforma das Forças Armadas” (Teixeira, 2013) se debruça, entre outros temas, sobre uma maior integração na componente civil para obter uma maior racionalização e otimização de meios, ganhos e eficácia, que podem facilmente ser atingidos devido a criação de sinergias. É essa a sua

apreciação uma vez que defende que a aceitação da população na acreditação das Forças Armadas é bastante grande, dizendo mesmo que esta é a instituição com maior índice de confiança por parte da população e que 80% reconhece a necessidade das Forças Armadas existirem. Essa aceitação muito se deve ao desempenho em missões de Apoio à Paz e colaboração com o Apoio Civil. Nuno Severiano Teixeira refere ainda que, face às ameaças e aos riscos com que hoje as sociedades se debatem, é absolutamente obrigatório que se encare a segurança de um ponto de vista cooperativo e numa perspetiva integrada de segurança e defesa, à semelhança do que vários dos países da OTAN e na UE fazem.

Porém, já se percebeu que o tema não pode ser abordado de forma leviana pois anexados a essas vantagens existem ainda muitos entraves e condicionantes para que a participação das Forças Armadas em Operações de Apoio Civil e em colaboração com as autoridades de Segurança seja feita de forma contínua e produtiva. A agilização da parceria devia concretizar-se pois estas forças estão diretamente associadas não só à existência de um território nacional delimitado por fronteiras, um espaço de identidade que integra uma comunidade de valores comuns, mas também à existência de um poder de soberania que conduz a sociedade e que constitui capacidades para responder a agressões e ameaças (Vicente, 2011).

As divergências entre Doutrina e Lei associadas à Defesa Nacional criam dificuldades de estruturação e emprego dos meios militares. Este problema verifica-se apesar das missões das Forças Armadas preverem intervenções em ações de emergência e de Proteção Civil. Segundo o Almirante António Silva Ribeiro, este problema poderá ser solucionado através da coordenação do planeamento estratégico, da concretização de alguns ajustamentos genéticos, estruturais e operacionais bem como da ligação entre as estruturas superiores e os órgãos de comando e controlo operacional das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança. Sem dúvida que a ideia chave é aquela quando este refere que os progressos maiores serão conseguidos quando se fizerem reajustes na legislação existente, complementados por diretivas interministérias que, respeitando as especificidades e competências de cada órgão, desenvolvam sinergias para as áreas do pessoal, do material e da formação, do treino, dos exercícios e das atuações conjuntas (Ribeiro, 2011).

A falta de uma mudança na legislação que acompanhe a doutrina já existente acerca da participação das Forças Armadas/Exército em Operações de Apoio Civil irá continuar a gerar notícias que por vezes podem ser constrangedoras para as Forças Armadas. Veja-se

por exemplo a notícia “Militares treinam missões destinadas às polícias” (Freire, 2013)¹⁴, onde é questionado o quadro legal do país e é dito que a execução do mesmo exercício gerou mal-estar entre as Forças e Serviços de Segurança e militares pois não se percebeu bem quem era a autoridade de comando tendo resultado numa desistência das Forças de Segurança e feito com que o exercício fosse protagonizado unicamente pelas Forças Armadas. Tamanho constrangimento gerou que um mês mais tarde, o mesmo jornal lançou outro artigo a expressar a dura crítica que o PCP (Partido Comunista Português) fez ao Ministro da Defesa Nacional Aguiar-Branco na sequência do mesmo exercício e ao quadro jurídico nacional no que às Forças Armadas diz respeito (Freire, 2013).

Como as divergências entre a doutrina e a aplicação prática dos conceitos de Segurança e Defesa se encontram refletidas nos meios, na organização e na atividade, afigura-se então vantajoso que nos próximos debates e nas próximas reformas elas sejam consideradas tendo em vista uma harmonização, o que sugere o ajustamento de alguma doutrina e implicará necessariamente a revisão de alguma legislação (Ribeiro, 2011).

5.3 Proteção Civil - Apoio Programado e Apoio não Programados

Ainda que falte legislação, o atual envolvimento das Forças Armadas em Operações de Apoio Civil é conduzido nas três áreas já mencionadas (Proteção Civil, Segurança Interna e Bem-Estar das Populações) mediante duas formas de apoio – programado e não-programado. A forma de apoio programado faz-se de acordo com os programas e planos de emergência previamente aprovados; já a forma de apoio não-programado concebe-se de acordo com os recursos mobilizáveis identificados em função da disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, incumbindo à entidade militar competente (CEMGFA ou o respetivo Comandante Operacional no caso das Regiões Autónomas) a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das ações a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas. (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

A colaboração das Forças Armadas concretiza-se, em termos genéricos, no seguinte:

- a) Patrulhamento, vigilância e vigilância pós-incêndio florestal;**

¹⁴ Ver Anexo E – Cooperação entre forças

- b)** Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, nomeadamente na triagem, cuidados médicos de emergência e na hospitalização e evacuação de feridos e doentes;
- c)** Ações de busca e salvamento;
- d)** Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico, quer para as operações, quer para a população afetada. Pode incluir fornecimento de alimentação (eventualmente confeção) e distribuição de abastecimentos, nomeadamente medicamentos, água e combustíveis;
- e)** Fornecimento temporário de alojamento, na sua capacidade sobrança, ou com possibilidade de recurso a tendas;
- f)** Trabalho indiferenciado com pessoal não especializado, incluindo rescaldo de incêndios, montagem de acampamentos de emergência e ações de salubridade nas áreas de catástrofe;
- g)** Reabilitação de infraestruturas;
- h)** Prestação de apoio em comunicações;
- i)** Contribuir na preparação e implementação dos planos de emergência, elaborados aos diferentes níveis (Nacional, Regional, Distrital e Municipal), nos termos da legislação em vigor;
- j)** Participar na realização de exercícios de simulação e treino, para operações de emergência.

O Exército, para além da sua missão principal de participar de forma integrada, na defesa militar da República, tem também a incumbência de colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações. Assim, além das ações genéricas enunciadas para as Forças Armadas no âmbito da Proteção Civil, o Exército pode desenvolver, entre outras, as seguintes ações:

- a)** Reconhecimento terrestre nas áreas florestais para a prevenção de incêndios, podendo tomar a forma de patrulhamento, vigilância, prevenção, ataque inicial, rescaldo e vigilância pós-incêndio, de acordo com a legislação específica em vigor;
- b)** Busca e salvamento terrestre;
- c)** Evacuação terrestre de sinistrados e de populações afetadas;

- d) Apoio médico-sanitário com a Unidade de Saúde Operacional (USO);
- e) Transporte terrestre para apoio a populações afetadas;
- f) Operações de rescaldo, combate indireto a incêndios ou de reabilitação de infraestruturas com equipamentos pesados de engenharia militar;
- g) Apoio em material e serviços diversos (material de aquartelamento, geradores, depósitos de água, desempanagem/reboque de viaturas);
- h) Detecção, identificação, monitorização, proteção, descontaminação e gestão de perigos e riscos de agentes Biológicos, Químicos e Radiológicos (BQR).

5.3.1 Apoio Programado - Planos

O **Plano Lira** permite ao Exército colaborar com a estrutura de Proteção Civil através de ações com tendência a minimizar os efeitos dos incêndios florestais e ainda noutras ações relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais tenha capacidade dentro dos parâmetros definidos pela legislação em vigor. No âmbito do Plano Lira, o Exército emprega as suas Unidades preferencialmente nas respetivas áreas de responsabilidade de apoio, colaborando com as corporações de bombeiros em operações de rescaldo e fornecendo-lhes apoio logístico, bem como aos serviços florestais, serviços de proteção civil e a outros elementos ou entidades empenhados nas ações de combate aos incêndios. Esse apoio logístico materializa-se através do fornecimento de alimentação, transporte, apoio sanitário de emergência (incluindo evacuação terrestre de sinistrados), abastecimento de água às populações carenciadas ou a unidades empenhadas no combate a incêndios, disponibilização de infraestruturas e apoio em material diverso. Acresce ainda o emprego de meios de Engenharia Militar em operações de rescaldo ou de combate indireto a incêndios e defesa de aglomerados populacionais e na cooperação na reabilitação de infraestruturas danificadas pelos incêndios.

O Plano comporta dois Estados de Alerta – Normal e Especial – e cinco Níveis de Alerta – Verde, Azul, Amarelo, Laranja e Vermelho (os quatro últimos são níveis de alerta especiais). Estes níveis de alerta resultam da avaliação, por parte da ANPC, do grau de risco e do rácio entre necessidades e capacidades de resposta distrital e/ou nacional.

Em 2010, no âmbito deste Plano, o Exército mobilizou 29 Unidades e cinco Destacamentos de Engenharia, num total de aproximadamente 700 militares, espalhados geograficamente pelo território continental, com graus de prontidão em função do nível de

alerta estabelecido, ao que acresce diferentes tipos de viaturas de que se relevam plataformas, autotanques de água, tratores de lagartas, pronto-socorro, entre outros.

Se aos 700 militares empenhados no Plano Lira somarmos os 168 militares empregues no âmbito do Plano Vulcano, veremos que em 2010 o Exército mobilizou para a defesa da floresta contra incêndios cerca de 870 efetivos.

A Polícia do Exército tem uma participação efetiva com um pelotão de 22 militares suportada com seis viaturas de transporte ligeira.

Com o **Plano Aluvião**, o Exército, através dos seus diferentes Órgãos de Comando Administração e Direção (OCAD) e das Unidades na sua dependência, em coordenação com as entidades competentes, colabora com a estrutura de proteção civil através de ações tendentes a evitar e/ou minimizar os efeitos das cheias e ainda noutras ações relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais tenha capacidade, dentro dos parâmetros definidos pela legislação em vigor. Para tal poderá, consoante a situação, desenvolver as seguintes ações:

- a) Busca e salvamento terrestre de pessoas e bens;
- b) Disponibilização de meios de transporte;
- c) Disponibilização de meios de transposição e de esgotamento de águas;
- d) Disponibilização de instalações para alojamento de emergência;
- e) Distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água;
- f) Disponibilização de material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, entre outros);
- g) Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde;
- h) Apoio sanitário de emergência (incluindo evacuação terrestre de sinistrados),
- i) Cooperação na manutenção de itinerários essenciais;
- j) Cooperação na reabilitação de infraestruturas danificadas pelas cheias;

No que se refere aos meios disponíveis, o Exército tem permanentemente de prevenção, cerca de 240 militares, 40 viaturas, 4 tratores de rastros, 2 botes tipo Zebro e diverso material de apoio (motosserras, motobombas). Estes meios têm um grau de prontidão variável consoante o estado de alerta decretado pela ANPC que pode ser de 72, 12, 6 ou 2 horas ou, numa situação extrema, essa prontidão poderá ser imediata. Nas situações mais gravosas os meios de prevenção podem ser reforçados com efetivos que poderão chegar aos cerca de 750 militares.

A Polícia do Exército tem uma contribuição para este plano de 1 secção junta com um oficial de ligação com três viaturas sendo que duas delas são de transporte de pessoal e a outra ligeira (com capacidade de transportar até 50 pessoas).

Com o **Plano Célula**, o Exército, enquanto agente de proteção civil, disponibiliza capacidades na área da Defesa Biológica e Química à ANPC. Essas capacidades foram integradas através do Elemento de Defesa Biológica e Química (ElemDefBQ) criado em 2008 pelo Exército e que junta, em caso de emprego operacional, numa só entidade, valências que existem no dia-a-dia em OCADs diferentes. O ElemDefBQ possui um grau de prontidão que varia entre 2 e 12 horas. Na sua constituição possui para além do Comando (cedido pelo Comando das Forças Terrestres - CFT), uma Equipa de Defesa Biológica (proveniente do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica), uma Equipa de Defesa Biológica e Química (gerada pela Companhia de Defesa NBQ da Escola Prática de Engenharia), um Módulo Sanitário (do Hospital Militar Principal - HMP), um módulo de Segurança (do Regimento de Lanceiros Nº 2 - RL2), meios de Engenharia (Regimento de Engenharia Nº 1 - RE1) e Pelotões de Apoio (um por Brigada) (Silva B. d., 2012)

5.4 Segurança Interna

O General Pinto Ramalho em (Ramalho, 2010) afirma que “(...) face aos novos riscos à segurança global e, em particular, numa perspetiva de combate ao terrorismo e ameaças não tradicionais, deixaram de existir fronteiras definidas entre a segurança interna e externa, o seu carácter é difuso e reconhece-se a indispensabilidade da atuação supletiva das Forças Armadas em muitas situações de carácter interno, onde as Forças de Segurança não dispõem de capacidades adequadas ou se revelaram insuficientes.”

Segundo o PDE 3-00 Operações, o apoio do Exército neste âmbito pode ser direto ou indireto. O apoio direto verifica-se em casos de exceção, quando decretado pelo Presidente da República. Este apoio requer o emprego de forças do Exército de uma forma direta no restabelecimento da Lei e ordem ou manutenção dos mesmos. Quanto ao apoio indireto, consiste em auxiliar as autoridades civis ou as Forças e Serviços de Segurança fornecendo pessoal e/ou material. No entanto, este tipo de apoio não acontece em estados de exceção, o que significa que não é conferida às forças militares autoridade para exercer diretamente ações que visem o restabelecimento ou a manutenção da lei e da ordem.

Sobre a participação das Forças Armadas no que há Segurança Interna diz respeito, muito se tem escrito e debatido, no entanto, muito pouco se tem progredido em termos legais

(como referido no início do capítulo) e operacionais, fruto de várias circunstâncias, algumas delas justificáveis pela ausência do necessário consenso político para uma revisão constitucional, outras pela necessidade de estabilização da nova orgânica dos subsistemas e pela importância da assunção das lições aprendidas. Já se percebeu que enquanto nada for feito ou mudado, dificilmente o Exército e mais concretamente a Polícia do Exército conseguirão ajudar e colaborar, aliás como verificado nas entrevistas realizadas no capítulo IV.

Embora o apoio do Exército esteja previsto ainda não existe um Plano Operacional para a articulação com as Forças e Serviços de Segurança (Vicente, 2011) havendo, no entanto, de acordo com o CEDN 2013, o objetivo de ser criado um.

Tendo percebido a importância de um Plano Operacional, efetuámos uma análise SWOT à participação da Polícia do Exército na área da Segurança Interna com o objetivo de identificar as vantagens desta participação e o porquê da necessidade de fazer face à falta de legislação por parte de outras forças bem como os pontos-chave que permitem dar resposta à questão principal deste trabalho de investigação.

Começamos por caracterizar as Oportunidades e Ameaças e identificar as Potencialidades e Vulnerabilidades.

Tabela 1 – Oportunidades e Ameaças (Ambiente externo)

Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Com a sua intervenção, o índice de confiança e o sentimento de segurança da população aumenta; - Liberta as forças de segurança para as missões que lhes são efetivamente inerentes e para as de maior importância através das suas atividades de apoio (serve de exemplo o caso cíclico dos incêndios florestais referido pelo Tenente Coronel Paulo Ferreira em entrevista, cujo exército trabalha na delimitação de acessos e as FSS estão focadas no auxílio do combate ao fogo); - A sua cooperação abre portas ao diálogo e estabelecimento de uma resposta conjunta.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de uma entidade única responsável pela Segurança Nacional; - Divergências entre Doutrina e Lei associadas à Defesa Nacional criam dificuldades de estruturação e emprego dos meios militares.

Tabela 2 – Potencialidades e Vulnerabilidades (Ambiente interno)

Potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> - Credibilidade das FSS e da PE; - Existência de capacidades na PE que podem apoiar a resposta das FSS; - As missões tradicionais da PE são semelhantes às das FSS;
Vulnerabilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de meios humanos para dar resposta a todas as missões de apoio às FSS; - Falta de exercícios e treinos conjuntos que potenciem a intervenção das forças em parceria.

Com esta ferramenta de análise pretendemos gerar quatro ideias: maximizar as potencialidades e oportunidades, minimizar as vulnerabilidades e maximizar as oportunidades, usar as potencialidades para evitar ameaças e, por último, minimizar as vulnerabilidades e evitar ameaças.

Tabela 3 – Matriz SWOT da participação da PE em Operações de Apoio Civil

	Oportunidades	Ameaças
Potencialidades	<p>Manter e fortalecer a credibilidade das FSS e PE, aproveitando o aumento do índice de confiança e o sentimento de segurança da população;</p> <p>Prever a utilização e maximização das capacidades da PE para complementar a resposta das FSS e libertá-las para missões de maior importância;</p> <p>Delinear um planeamento conjunto de atuação das FSS e da PE de forma a manter o</p>	<p>Inexistência de uma entidade única responsável pela Segurança Nacional deverá ser atenuada com a inclusão explícita das missões, tarefas e atribuições de apoio da PE no Sistema de Segurança Interna, traduzida em documento legal;</p> <p>Credibilidade das FSS e da PE será um elemento fundamental para eliminar as dificuldades de estruturação e emprego dos meios militares.</p>

	diálogo e estabelecer uma resposta conjunta.	
Vulnerabilidades	Colmatar a falta de exercícios e treinos conjuntos dando início ao diálogo e consequentemente à criação de medidas para uma resposta conjunta; Tirar partido do sentimento de confiança, segurança e aceitação por parte da população para recrutar e aumentar os meios humanos de forma a poder dar resposta a missões conjuntas com as FSS.	Evitar as divergências entre Doutrina e Lei associadas à Defesa Nacional através da edificação oportuna de um necessário enquadramento legal adequado à intervenção da PE, isoladamente ou em reforço das FSS.

No final deste capítulo, torna-se possível perceber que a diferença de segurança interna e externa se torna algo difusa e até concorrente em alguns aspetos. Seguindo esta linha de pensamento é imperativo criar capacidades para que a cooperação entre a PE e as FSS se torne uma realidade concretizável, estabelecendo planos que uniformizem o treino e a interoperabilidade de meios para as situações em que seja necessário fazer uso da PE em complemento às FSS.

Podemos resumir as conclusões na ideia base de que se torna necessário um planeamento conjunto de atuação da PE e apoio das FSS. Importa reforçar a credibilidade das Forças e utilizar as múltiplas capacidades de cada uma delas, tornando-se assim necessário um enquadramento legal adequado à sua intervenção (Ribeiro, Segurança e Defesa, 2011).

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Introdução

Este capítulo, que culmina toda a investigação, diz respeito às conclusões e recomendações deste trabalho. Pretendemos nesta etapa responder às questões derivadas e à Questão Central.

De forma semelhante verificar-se-á o cumprimento dos objetivos propostos. Por fim, serão demarcadas propostas para estudos futuros que incidam nesta temática.

6.2 Resposta às Questões Derivadas

Respondendo a cada uma das Questões Derivadas vamos cumprindo, simultaneamente, os objetivos específicos estabelecidos na fase inicial da investigação.

QD1, “Quais os meios/capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?”: A Polícia do Exército tem responsabilidade de colaborar com as entidades da ANPC quando solicitado pois, apesar de não ser essa a sua missão principal, faz parte dela o princípio do duplo uso. Assim sendo, existem planos operacionais programados (Planos Lira, Aluvião e Célula) para regular a participação da mesma em situações de incêndios, cheias e incidentes com agentes químicos e biológicos. A Polícia do Exército pode então executar ações com vista à prevenção de incêndios florestais, efetuar reconhecimentos podendo estes passar a patrulhamentos, vigilância, prevenção, deteção e vigilância pós-incêndio, ações de busca e salvamento terrestre, ações de auxílio ao combate e rescaldo de incêndios florestais, controlo de tráfego. Ou seja, a PE auxilia no que são as suas valências quando pedida a sua participação. Reforça a participação uma vez que tem um módulo de segurança pertencente ao Elemento de Defesa NBQR em que a principal missão deste elemento é a colaboração com ANPC em problemas como recentemente houve com a ameaça do vírus do Ébola. Em suma, podemos afirmar que as valências que a PE tem, entendam-se controlo de tumultos, proteção pessoal, batedores

moto, equipas cinotécnicas e todas as missões que desempenha no seu dia-a-dia (controlo de circulação, realização de escoltas, seguranças, entre outras), podem ser utilizadas em apoio da ANPC, com todos os meios que estão ao dispôr da PE. Não esquecendo, porém, que esta não é a sua principal missão e que ainda não existe um regulamento sobre a forma como estas capacidades e meios são empregues.

QD2, “Tendo em conta o Ciclo de Gestão de Emergência em qual das fases a contribuição da PE poderia ser mais proveitosa?” O Ciclo de Gestão de Emergência tem quatro fases: prevenção e mitigação, preparação, resposta e a reabilitação/ recuperação. Sabe-se que o *core business* do Exército e da PE não é a participação em Operações de Apoio Civil e que, por essa mesma razão, o tempo escaceia para treino dessas operações. Contudo, face às próprias características dessas forças, a sua colaboração é necessária, exequível e tende a ser mais proveitosa nas fases de prevenção e mitigação e reabilitação/recuperação.

A fase de prevenção e mitigação compreendem atividades contempladas nos treinos operacionais da PE com base em cenários próximos da realidade, como os realizados pela ANPC. Tendo em conta a sua preparação, seria possível à Polícia do Exército assegurar a prevenção fazendo patrulhamentos apeados e montados, fiscalização a circulação apoiando e complementado as FSS, libertando-as até para a resposta à crise.

Já na fase de reabilitação/recuperação, em que a pressão é menor, ainda que haja um potencial por explorar, a PE pode contribuir montando seguranças, escoltando equipamentos ou alimentos ou mesmo mantendo a ordem pública.

Poderá contemplar-se a cooperação com as FSS na fase do planeamento de emergência com ações que compreendem o socorro, atividades de apoio logístico, assistência médica, avaliação de danos e emprego de todos os meios previstos com o objetivo de reduzir ou eliminar de forma permanente o risco. Seria, porém, necessária maior coordenação com as restantes autoridades civis. Facto é que haverá um gasto maior de tempo, o que pode comprometer a missão principal do Exército e da PE.

QD3, “Quais foram as inovações que a criação do PDE 3-00 trouxe à participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?” Até à criação do novo PDE 3-00, não havia doutrina acerca do que eram as Operações de Apoio Civil. Em larga medida, a criação do documento veio por si só aclarar essas noções. Contudo, e apesar dos esforços, continuam a existir limitações. Há disparidade nos procedimentos de atuação entre as forças do Exército e as entidades da ANPC, o que provoca grandes dificuldades de

coordenação; está por definir o papel dos militares aquando solicitado auxílio; estão por realizar planos operacionais que prevejam e regulem a articulação entre FA e FSS.

Urge criar capacidades de cooperação entre as forças mencionadas de modo a tornar a realidade concretizável, criando-se planos operacionais que promovam a uniformização de treino e interoperabilidade de meios. Sem planos, o PDE 3-00 terá impacto nulo da participação da PE e do Exército em geral.

QD4, “Quais as vantagens e inconvenientes da participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?” A Polícia do Exército, para além da sua missão tradicional e fruto das suas especificidades, meios e capacidades, tem outras missões atribuídas como, por exemplo: a participação em diversas missões de apoio à sociedade civil, tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações nas áreas de implantação das suas Unidades, através de um conjunto de ações não estritamente militares realizadas em proveito de diversas entidades. A participação dos militares da PE na realização de objetivos civis em todos os domínios, mas especialmente nos culturais, económicos, sociais, de segurança pública e de proteção civil, constitui uma vantagem mútua para quem apoia e quem é apoiado, resultando daí forte prestígio para as Forças Armadas. Outra vantagem é mesmo a de dar-se a conhecer e ganhar a confiança da população. Uma vez que as missões de paz são longe do território nacional, a população em geral tem dificuldade em perceber a existência e importância dessa força. Trata-se do aumento da credibilidade das instituições militares perante a população, para que estas olhem para o Exército não como um custo económico elevado, mas como alguém disposto a atuar por si.

Benéfica também seria esta participação do ponto de vista motivacional. Os militares, tornando visíveis as valências do Exército/PE ao mundo cívil e sentindo que contribuem diretamente para as populações, sentem-se mais motivados.

Neste contexto, a Polícia do Exército dá um contributo valioso ao integrar em ordem de batalha e com estado de prontidão, militares especializados em diversas áreas.

As limitações para a condução deste tipo de operações são essencialmente (mas não exclusivamente), na área da segurança interna, apesar de toda a enquadrante legal, não existem planos que definam a colaboração da Polícia do Exército com as Forças e Serviços de Segurança, cingindo-se esta colaboração a acordos de cooperação em missões pontuais, no âmbito do bem-estar das populações, existem acordos com entidades civis que preveem o apoio da Polícia do Exército às mesmas, quer a nível nacional quer nas suas áreas de

implantação ao nível da falta de formação – os militares quando têm de atuar neste tipo de operações geralmente é em mão de obra não especializados e atuam fora do que é a missão. Também os equipamentos de proteção individual não são os mais adequados para prestar apoio nas situações referidas. A falta de pessoal é uma atual limitação. É sabida a escassez de efetivos do Exército Português face às sucessivas retrações quer no dispositivo quer no efectivo autorizado nas fileiras, decorrentes das últimas reestruturações que nos foram impostas pelo poder político, e a Polícia do Exército não é excepção. Como tal, tudo se coloca no plano das prioridades e disponibilidade das capacidades sobrantes, e assim, sempre que fôr entendido o empenhamento da Polícia do Exército em tarefas no âmbito do apoio civil, esta deverá estar sempre pronta a restabelecer a sua missão operacional, administrando os seus escassos recursos humanos e orientando-os para o apoio civil desde que solicitados e autorizados superiormente.

Por fim, focar apenas a falta de treino conjunto com as outras entidades de Proteção Civil, condicionando a participação do Exército neste tipo de Operações. Mesmo quando participa, existem constrangimentos e pouca clareza quanto ao modo de atuação.

6.3 Resposta à Questão Central

Conclui-se que existem condições para dar resposta à Questão Central: **“De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?”**.

Considerando a enquadrante doutrínaria e legal, a PE pode executar as missões no âmbito das Operações de Apoio Civil (duplo uso) uma vez que as FA são efectivamente um agente da Proteção Civil. É ainda assim ao nível da Segurança Interna que a PE tem um maior potencial de conhecimento e meios para um contributo bastante significativo. Se, em apoio às FSS, a sua colaboração passa por missões como busca e salvamento de feridos em escombros, busca de explosivos, implementação de medidas de segurança especial, implementação de policiamento de áreas, restabelecimento da ordem, controlo de tumultos, proteção de entidades designadas e controlo de circulação. É, porém, necessária a criação de planos operacionais para uniformizar processos bem como realizar treinos conjuntos para que as forças conheçam o seu papel. Importante será dar enquadramento legal ao nível da Segurança Interna.

Ainda no âmbito da Segurança Interna, a PE realiza operações específicas, nomeadamente a segurança e transporte de boletins de votos da Comissão Nacional de Eleições e a segurança pessoal de entidades designadas quando em visita ao nosso país, nos

casos em que essa visita incluía a presença em instalações militares, em coordenação com outras forças de Segurança. Por exemplo a visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI em 2010, a visita do Secretário-geral da NATO Anders Rasmussen em 2011 e a visita da chanceler alemã Angela Merkel em 2012.

Durante a realização da cimeira da NATO em 2010, o Regimento de Lanceiros Nº 2 teve uma força de controlo de tumultos pronta a apoiar a segurança de instalações militares a fim de evitar intrusões nos seus dispositivos.

No âmbito da prevenção da toxicodependência realiza diversas demonstrações cinotécnicas de buscas de droga junto da população civil.

Cooperando com a ANPC em diversos exercícios e cenários de emergência e calamidade pública a nível nacional, integrando o Elemento de Defesa Biológico e Químico através do seu Módulo de Segurança, onde mantém um grau de prontidão de 2 Horas.

Para além da formação base ministrada aos militares com a especialidade de Polícia do Exército, acrescentam-se outro tipo de Formações específicas próprias das Capacidades de Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal, Área Cinotécnica, Peritagem de Acidentes de Viação, Investigação Criminal, Área de Saúde, Defesa Pessoal e Condução Defensiva.

Para este efeito, tem a Polícia do Exército contado com a colaboração dos outros Ramos das Forças Armadas, Forças de Segurança (PSP, GNR e PJ), Autoridade Nacional de Proteção Civil, INEM e outras entidades da Sociedade Civil, para a frequência de Cursos e Estágios que permitam um melhor cumprimento das suas missões de carácter operacional bem como das Operações de Apoio Civil.

É relevante também todo o tipo de experiências multinacionais no cumprimento de missões em Teatros de Operações (Bósnia, Kosovo, Timor-Leste, Iraque, Afeganistão) e no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP, que aportam um valor acrescentado à formação individual e colectiva dos militares da Polícia do Exército e que também esta pode ser canalizada para o desempenho de tarefas em Operações de Apoio Civil.

6.4 Limitações da Investigação

Esta investigação como qualquer outra teve alguns obstáculos.

A maior limitação à investigação foi a lacuna encontrada na disseminação do PDE 3-00. Facto sentido durante a escolha dos entrevistados, pois poderíamos ter entrevistado antigos comandantes do RL2 porém estes não estavam a par do PDE 3-00.

Ainda, verificou-se a existência de disparidade entre o que é o novo PDE e o Regulamento de Campanha da PE. É de realçar também a limitação que advém do facto do Regulamento de Campanha da PE ser bastante antigo, do tempo ainda do Ministério do Exército (1956), ainda que esteja para breve a criação de um novo. Segundo informações dadas pelo Comandante do Regimento de Lanceiros Nº 2, o Coronel Neves Abreu, está para breve o novo Regulamento de Campanha. Outro factor limitador é o facto de o Regimento de Lanceiros Nº 2 estar a mudar de aquartelamento, significando uma mudança não só de instalações como de Quadros Orgânicos da unidade.

6.5 Recomendações para Futuras Investigações

Para futuras investigações seria interessante aprofundar a investigação em cada uma das áreas das Operações de Apoio Civil, principalmente ao nível da Segurança Interna, uma vez que a PE é uma força policial.

Seria também estimulante tentar perceber quais as condições necessárias à criação de planos operacionais que, à semelhança do que acontece para a área da Proteção Civil, permitissem uniformizar treinos e interoperabilidade de meios entre as FA e as FSS de modo a tornar a participação das Forças Armadas na Segurança Interna uma realidade.

BIBLIOGRAFIA

Artigo 17º, Alínea 4.f. (15 de Setembro de 2009). Decreto-Lei nº234.

Artigo 1º Proteção Civil. (3 de Julho de 2006). *Decreto-Lei nº27*.

Borges, J. V. (2013). As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades.

Capítulo VI - Forças Armadas. (3 de Julho de 2006). *Decreto-Lei nº27*.

Civil, A. N. (10 de Junho de 2015). *Glossário de Proteção Civil*. Obtido de http://www.prociv.pt/GLOSSARIO/Documents/GLOSSARIO-31_Mar_09.pdf

Coutinho, C. (10 de Junho de 2008). *Investigação - Acção*. Obtido de O paradigma sócio-crítico no envolvimento da Investigação-Ação: http://faadsaze.com.sapo.pt/3_paradigma.htm

Decreto-Lei nº 134, Artigo 3º, nº 1 e nº 2. (25 de Julho de 2006). *Decreto-Lei nº 134*.

Decreto-Lei nº 234, Artigo 14º, nº 1. (15 de Setembro de 2009). *Artigo 14º, nº 1*.

Decreto-Lei nº134, Artigo 1º, nº 1. (25 de Julho de 2006). *Decreto-Lei nº134*.

Decreto-Lei nº231, Artigo 2º, nº 2, alínea f. (15 de Setembro de 2009). *Decreto-Lei nº231*.

Decreto-Lei nº27, Artigo 4º. (3 de Julho de 2006). *Decreto-Lei nº27*.

Decreto-Lei nº75, Artigo 2º, nº 4, alínea d. (29 de Março de 2007). *Decreto-Lei nº75*.

Decreto-Lei nº75, Artigo 5º, nº2, alínea c. (29 de Março de 2007). *Decreto-Lei nº75*.

EME. (12 de 12 de 2011). Quadro Orgânico RL2.

Exército Português. (2012). *PDE 3-00 Operações*.

Exército, C. d. (2011). *RL 2 Quadro Orgânico*. Lisboa.

Exército, M. d. (1956). *Regulamento de Campanha - PM*.

Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.

Freire, M. C. (2013). Aguiar-Branco explica na AR exercício criticado pelo PCP. *Diário de Notícias*.

Freire, M. C. (2013). Militares treinam missões destinadas às polícias. *Diário de Notícias*.

Freixo, J. (2010). *Metodologia Científica*. Lisboa: Instituto Piaget.

Gomes, A. J. (Maio de 2013). Mitigação de Riscos e Ordenamento do Território. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Governo de Portugal. (2013). Valorizar as missões de interesse público das Forças Armadas. Em *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (p. 36).

Lei de Segurança Interna nº 53, Artigo 35º. (29 de Agosto de 2008). *Lei de Segurança Interna nº 53*.

Lei Orgânica nº1-A, Artigo 4º, nº 1, alínea e, f. (7 de Julho de 2009). *Lei Orgânica nº1-A*.

Machado, C. M. (Fevereiro de 2010). Novas Capacidades nos Lanceiros. *Revista Lanceiro*.

Nacional, M. d. (2011). *Anuário do Exército 2011*.

Quivy, C. &. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Ramalho, P. (9 de Julho de 2010). *As Forças Armadas e a Segurança Interna*. Obtido de <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-e-a-seguranca-interna/>

RCRPP. (2013). Aguiar-Branco explica na AR exercício criticado pelo PCP. *Diário de Notícias*.

Ribeiro, A. S. (2011). *Segurança Nacional e Defesa Nacional: Algumas Divergências*.

Santos, M. R. (15 de Novembro de 2012). Forças Armadas em Proteção Civil: Enquadramento Legal. *Operacional - defesa, forças armadas e de segurança*.

Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Silva, A. S. (Outubro-Dezembro de 2010). Segurança e Defesa. *Segurança e Defesa*.

Silva, B. d. (2012). *Proelium*. Academia Militar.

Sousa, M. A. (Abril de 2007). A Doutrina de Polícia do Exército. *Revista da Cavalaria* Nº 11, pp. 30-33.

Teixeira, N. S. (2013). Reforma do Estado e Reforma das Forças Armadas. *Relações Internacionais*, pp. 05-14.

Vaz, N. A. (2012). Sobre Missões e Capacidades das Forças Armadas. *Revista Militar*, nº 2529, pp. 973-982.

Vicente, P. (2011). As Forças Armadas e a Segurança interna. *Revista Militar*.

APÊNDICE

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO COMANDANTE DO RL2

A seguinte entrevista é realizada no âmbito do TIA subordinado ao tema “Participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil”. Destacam-se como objetivos gerais verificar a identidade da Polícia do Exército na medida da sua polivalência para participação em missões na colaboração com as autoridades de Apoio Civil, bem como averiguar quais as valências existentes na Polícia do Exército que podem ir ao encontro das tarefas primárias das Operações de Apoio Civil.

Nome do entrevistado: Coronel Paulo Manuel Simões das Neves de Abreu

Cargo: Comandante do Regimento de Lanceiros Nº 2

Local: Regimento de Lanceiros Nº 2

Data: 25/03/2015

GUIÃO

Pergunta 1. Considera valiosa a contribuição da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

Sem dúvida que a Polícia do Exército tem a capacidade de contribuir significativamente para o sucesso de Operações de Apoio Civil, sem prejuízo para as missões fundamentais das Forças Armadas, no que diz respeito à Defesa Nacional. Sendo uma unidade caracterizada pela sua flexibilidade pode colaborar realizando diversas tipologias de tarefas.

Pergunta 2. Quais as vantagens dessa participação?

A Polícia do Exército é um repositório de conhecimento doutrinário, desde a criação da Polícia Militar, em 1953. Este conhecimento e experiência são particularmente valiosos nas Operações de Apoio Civil que já desempenhamos, ou que poderemos vir a desempenhar.

Ao participarmos nestas missões estamos a contribuir em primeira instância para o país, uma vez que estamos a colmatar limitações nos meios civis. Em segundo lugar, permite aos nossos militares treinar procedimentos

semelhantes aos que terão que realizar, quando forem projetados para um teatro além-fronteiras. Por último, estamos a abrir as portas da instituição militar à sociedade civil, dando a conhecer a importância do nosso trabalho, sendo prestigiante para as Forças Armadas em geral e para o Exército em particular.

Pergunta 3. De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?

A Polícia do Exército pode contribuir através da realização de missões que correspondam à tipologia policial desta força, aproveitando os meios humanos, materiais e conhecimento desta unidade. Por exemplo, no caso do combate aos incêndios no verão, realizando patrulhamentos preventivos ou em operações de rescaldo, apoiando a mobilidade de colunas de bombeiros e não no combate direto às chamas.

Os agentes da Polícia do Exército constituem um recurso humano especializado e escasso que deve ser empenhado escrupulosamente dentro do âmbito da sua especificidade.

Pergunta 4. Das três áreas de apoio civil (que são a proteção civil, segurança interna e bem-estar das populações) para qual considera estar a Polícia do Exército mais vocacionada e porquê?

De acordo com a doutrina em vigor e a legislação enquadrante, a Polícia do Exército pode contribuir para as três áreas de atuação, sendo a segurança interna a que mais se relaciona com as nossas características enquanto força policial. No entanto a área da proteção civil é a que se encontra mais desenvolvida, pelo facto de existirem planos permanentes de colaboração entre a Polícia do Exército e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

O Regimento de Lanceiros Nº 2 colabora já com a Autoridade Nacional de Proteção Civil no âmbito do Plano Anual de Combate a Incêndios integrado no Plano Lira, no apoio à população civil em caso de cheias no âmbito do Plano Aluvião e no que diz respeito à defesa biológica e química,

disponibiliza um Módulo de Segurança ao Elemento de Defesa Biológica e Química do Exército no âmbito do Plano Célula.

Pergunta 5. Destaque os meios e capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?

A Polícia do Exército é caracterizada por possuir recursos humanos especializados, estar bem equipada no que diz respeito à mobilidade com viaturas todo o terreno e motos e integrar equipas cinotécnicas capazes de desempenhar diversas tipologias de missões desde o patrulhamento até às buscas de droga, explosivos ou pessoas.

Pergunta 6. Considera que existem meios humanos suficientes para a Polícia do Exército poder desempenhar as tarefas solicitadas no âmbito do apoio civil?

Não descurando aquela que é a sua missão principal enquanto parte integrante das Forças Armadas e integrando a Defesa Nacional, a Polícia do Exército apoia as operações de Apoio Civil quando assim for determinado superiormente, em função das prioridades estabelecidas pelo escalão superior.

Pergunta 7. É ministrada algum tipo de formação aos militares do Regimento de Lanceiros Nº 2 no âmbito das Operações de Apoio Civil? Quais os incrementos que podiam ser feitos a essa formação?

O objetivo, antes de mais, deve ser rentabilizar a aplicação da formação de base do Agente da Polícia do Exército. Depois esta formação é complementada com a frequência de cursos específicos, nomeadamente Cinotécnica, Controlo de Tumultos e Proteção Pessoal.

Para além destas formações específicas desta especialidade, a Polícia do Exército recorre a ações de formação exteriores. Por exemplo com a GNR, PSP, PJ no âmbito da Condução Defensiva, Investigação de Acidentes de Viação e Defesa Pessoal entre outras.

É esta formação do Agente da Polícia do Exército que deve ser rentabilizada em proveito das Operações de Apoio Civil.

Pergunta 8. Foi recentemente solicitada a participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

Para além das missões atrás referidas, será importante recordar as cheias em Pombal, em Janeiro de 2013, em que o Exército disponibilizou geradores para apoio à população, cujo transporte foi apoiado pela Polícia do Exército, assim como a sua segurança.

Pergunta 9. Quais as dificuldades encontradas na condução das operações referidas?

A escassez de recursos humanos para continuar a garantir as missões diárias do Grupo de Polícia do Exército e executar estas missões inopinadas.

Pergunta 10. Considera que tenham sido trazidas inovações a este tipo de operações com a criação do PDE 3-00? Quais?

Para o Regimento de Lanceiros Nº 2, o PDE 3-00 vem trazer uma nova conceptualização, uma nova organização doutrinária. Mas na realidade as missões desenvolvidas pelos militares do Regimento de Lanceiros Nº 2 continuarão a ser desempenhadas seguindo as mesmas Técnicas, Tácticas e Procedimentos.

ANEXOS

ANEXO A

MISSÕES DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

IMPOSIÇÃO DA LEI E DA ORDEM

Missão / Função	Observações
Imposição da Lei e da Ordem	Existe doutrina, treino e prática.
Investigação Criminal	Garantido pelo PJM.
Operações de Detenção	Existe doutrina, treino e prática.
Investigação de Acidentes	Só levantamento de Acidentes.
Patrulhamentos com cães	Temos formação e meios.
Investigação de Crimes de Guerra	Garantido pela PJM.
Medidas de Contra-Terrorismo	Não existe doutrina específica PE
Controlo de Tumultos ¹⁸	Temos especialistas.
Operação de Controlo de Fronteiras ¹⁹	Garantido pela GNR e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Figura 1 – Missão da PE: Imposição da Lei e da Ordem

Fonte: Revista da Cavalaria Nº11, 2007

CONTROLO DE CIRCULAÇÃO

MISSÃO / FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Controlo de Transviados	Existe doutrina.
Controlo de Tráfego	Idem.
Instalar Sinalética em Itinerário	Não temos meios.
Reconhecimento de Itinerário	Existe doutrina e treino.
Controlo de Refugiados	Existe doutrina.
Tratamento de Refugiados	Enquadrados numa força que nos faculte infra-estruturas e meios.
Recolher/Reportar informações	Usamos a doutrina de referência.
Disseminação de Informação	Alguma capacidade, mas faltam meios.
Ligação à Nação Hospedeira	Oficiais de ligação para as várias áreas de interesse.
Escolha a Material Crítico	Existe doutrina, treino e prática.
Segurança a Áreas de Embarque/Desembarque	Idem.

Figura 2 – Missão da PE: Controlo de Circulação

Fonte: Revista da Cavalaria Nº11, 2007

SEGURANÇA DE ÁREA

Missão	Observações
Operações de Informações (recolha e análise de informação; análise de actividades criminais)	Não temos formação.
Controlo de Área (ligação com as autoridades locais; Patrulhamentos)	Existe doutrina e treino.
Operações de Ordem Publica (Negociação com civis e ONG ²¹ ; uso de armas não letais; intervenção contra civis)	Existe doutrina, algum treino, mas faltam meios.
Apoio à Polícia Civil Local (Treino dos meios e investigações especiais; monitorização da investigação; monitorização do serviço e das patrulhas)	Não temos formação.
Missões Especiais (Atiradores especiais; unidades especiais; unidade de cães)	Existe doutrina, algum treino, mas faltam meios.

Figura 3 – Missão da PE: Segurança de Área

Fonte: Revista da Cavalaria N°11, 2007

PRISIONEIRO DE GUERRA (PG)

MISSÃO / FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Acompanhamento dos PG	Existe doutrina e treino a baixos escalões.
Recolha dos PG	Idem.
Evacuação dos PG	Idem.
Internamento dos PG	Desde que apoiados.
Fazer cumprir os direitos dos PG	Existe doutrina e treino.
Registo dos PG	<u>Idem.</u>

Figura 4 – Missão da PE: Prisioneiros de Guerra

Fonte: Revista da Cavalaria N°11, 2007

ANEXO B

QUADROS ORGÂNICOS

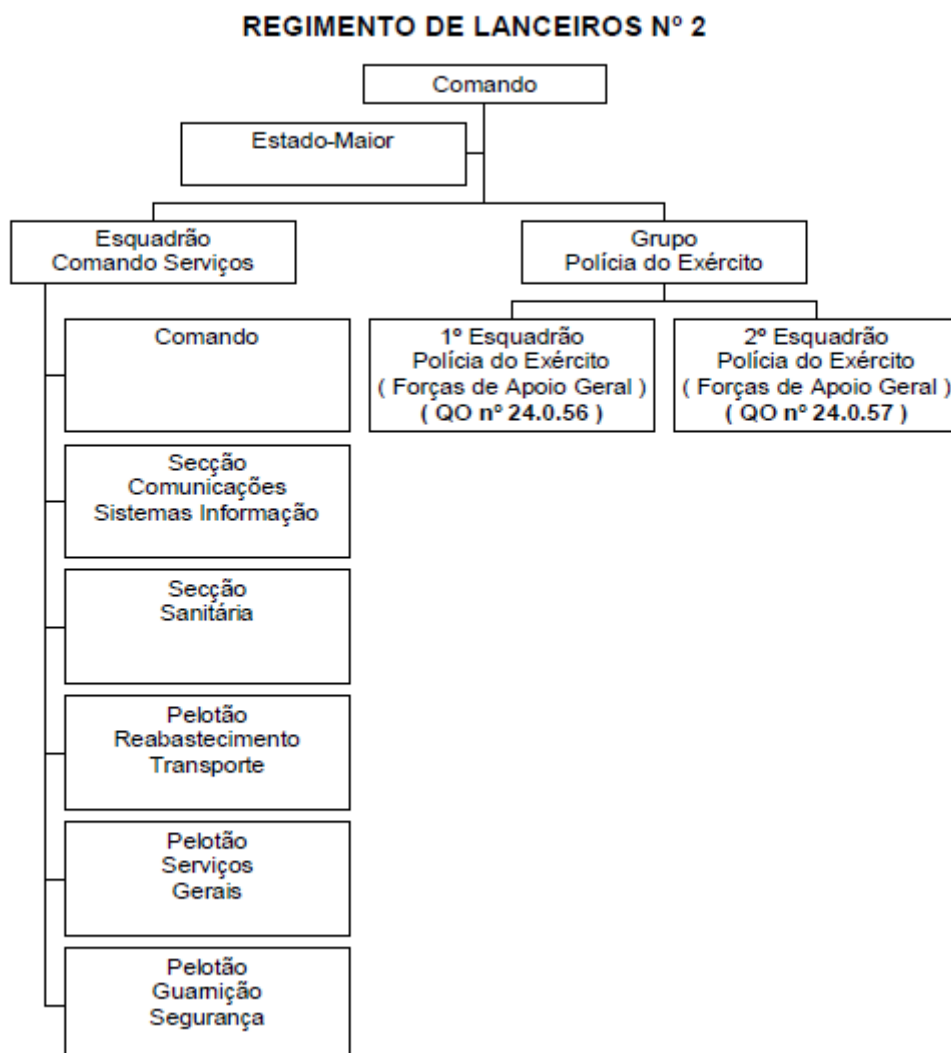
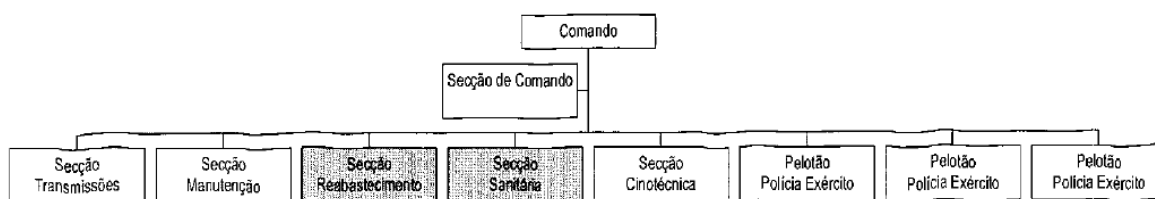


Figura 5 - Quadro Orgânico RL2

Fonte: EME, Quadro Orgânico RL2, 2011

1º ESQUADRÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO**Figura 6 - Quadro Orgânico 1º Esquadrão****Fonte: EME, Quadro Orgânico PE, 2009**

ANEXO C

CICLO DE EMERGÊNCIA



Figura 7 – Ciclo de gestão de emergência

Fonte: Artur Gomes, 2013

ANEXO D

GUIÃO

ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

A seguinte entrevista é realizada no âmbito do TIA subordinado ao tema “Participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil”. Destacam-se como objetivos gerais verificar a identidade da Polícia do Exército na medida da sua polivalência para participação em missões na colaboração com as autoridades de Apoio Civil, bem como averiguar quais as valências existentes na Polícia do Exército que podem ir ao encontro das tarefas primárias das Operações de Apoio Civil.

Nome do entrevistado:

Cargo:

Local:

Data:

GUIÃO

Pergunta 1. Considera valiosa a contribuição da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

Pergunta 2. Quais as vantagens dessa participação?

Pergunta 3. De que forma pode a Polícia do Exército contribuir em Operações de Apoio Civil?

Pergunta 4. Das três áreas de apoio civil (que são a proteção civil, segurança interna e bem-estar das populações) para qual considera estar a Polícia do Exército mais vocacionada e porquê?

Pergunta 5. Destaque os meios e capacidades ao dispor da Polícia do Exército que podem ser utilizados em Operações de Apoio Civil?

Pergunta 6. Considera que existem meios humanos suficientes para a Polícia do Exército poder desempenhar as tarefas solicitadas no âmbito do apoio civil?

Pergunta 7. É ministrada algum tipo de formação aos militares do Regimento de Lanceiros Nº2 no âmbito das Operações de Apoio Civil? Quais os incrementos que podiam ser feitos a essa formação?

Pergunta 8. Foi recentemente solicitada a participação da Polícia do Exército em Operações de Apoio Civil?

Pergunta 9. Quais as dificuldades encontradas na condução das operações referidas?

Pergunta 10. Considera que tenham sido trazidas inovações a este tipo de operações com a criação do PDE 3-00? Quais?

ANEXO E

COOPERAÇÃO ENTRE FORÇAS

Militares treinam missões destinadas às polícias

Defesa. Exercício militar onde não foi decretado o estado de sítio tem forças e serviços de segurança apenas com o estatuto de observadores

MANUEL CARLOS FREIRE

O ministro da Defesa e os chefes militares assistem hoje, na Região Autónoma da Madeira, a um exercício conjunto das Forças Armadas (FA) onde o cenário só inclui operações no domínio da segurança interna e não parece ter em conta o quadro jurídico do País.

O exercício "Lusitano 2013" prevê ações de uma "organização criminosa", a "aterragem não autorizada de avião suspeito" na ilha de Porto Santo e a ocupação do aeroporto "por grupo armado" da referida organização criminosa, em que são feitos reféns militares e civis nacionais" – pelo que, informa o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), "face ao cenário, o Governo determina a intervenção das FA".

Mas como é que o Governo determina essa intervenção das FA à luz do quadro legal português? O porta-voz do EMGFA disse ontem ao DN que "não foi aplicado" o estado de sítio ao exercício – quando essa é a única circunstância onde "as forças de segurança [...] ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por intermédio dos respetivos comandantes-gerais" (Lei 44/1986).

"Temos o controlo do exercício" e há "várias entidades civis a acompanhar" a sua execução a partir do Centro de Situação e Operações Conjunto, adiantou o porta-voz do EMGFA, tenente-coronel Rui Silva, invocando a Lei de Defesa Nacional, que "incumbe às FA desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado". Sucede que essa in-



Fuzileiros num exercício para salvar reféns. Sob que autoridade?

cumbência (artigo 24.º) respeita expressamente às "Missões das FA" e a cumprir nos "termos da Constituição e da lei" – instrumentos que, como escreveu o juiz Mário Mendes, não conferem quaisquer competências na segurança interna às FA, que usam as suas capacidades em apoio das Forças e Serviços de Segurança (FSS) ou da Autoridade Nacional de Proteção Civil em casos de calamidade pública (ou outras autoridades em razão da matéria e do espaço).

Certo é que a execução do exercício gerou um clima de mal-estar e desagrado junto das FSS na tutela do Ministério da Administração

Interna, garantiram fontes com conhecimento direto do assunto e sob anonimato por não estarem autorizadas a falar sobre a matéria.

Segundo uma das fontes, a situação deixou de ser pacífica quando, na fase final do planeamento do "Lusitano", as FA terão percebido que tinham de recorrer a negociadores da PSP – autoridade com jurisdição na área – para intervir no caso dos reféns. Mas a PSP recusou participar num exercício militar em que, num cenário em território nacional com aquele conteúdo, teria de ser a Polícia a comandar as operações do incidente tático-policial. Com V.M.

Figura 8 – Cooperação entre forças

Fonte: Manuel Carlos Freire, Diário de Notícias, 2013

Aguiar-Branco explica na AR exercício criticado pelo PCP

"LUSITANO 2013" O ministro da Defesa regressa este mês ao Parlamento para falar sobre o recente exercício das Forças Armadas (FA) na Madeira, que simulou situações de segurança interna sem ter em conta o quadro jurídico nacional.

O PCP quer que José Pedro Aguiar-Branco explique como é que as FA planearam um cenário de intervenção militar em território nacional sem considerar a autoridade das forças de segurança – quando não foi declarado o estado de sítio. A PSP desistiu por isso de participar no exercício "Lusitano 2013" e, quando a GNR se preparava para substituir a Polícia, o ministro Miguel Macedo proibiu a sua participação.

Ainda sem data marcada, a ida de José Pedro Aguiar-Branco à Comissão de Defesa foi aprovada quarta-feira (antes da sua audição sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo) por requerimento do PCP e também, por sugestão do CDS, para dar a conhecer as conclusões do próximo Conselho Europeu, centrado em matérias de segurança e defesa.

O exercício conjunto dos três ramos das FA previa ações de uma "organização criminosa" em que eram "feitos reféns militares e civis nacionais" na ilha de Porto Santo. Por isso, e "face ao cenário, o Governo determina a intervenção das FA", informou o Estado-Maior General das Forças Armadas – ficando por saber como é que o Executivo determinou essa intervenção militar à luz do quadro legal português. M.C.E.

Figura 9 – Cooperação entre forças

Fonte: Manuel Carlos Freire, Diário de Notícias, 2013